



Universidade
Nova de Lisboa

ARQUIVOS *da* MEMÓRIA

CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PORTUGUESA

SEMESTRAL | 2002 | N.º DUPLO 12/13

PORTUGAL 1974-1976
Processo Revolucionário em Curso



Edições Colibri

arquivos DA memória

revista semestral do
Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa

PORTUGAL 1974-1976.
PROCESSO
REVOLUCIONÁRIO
EM CURSO

n.º 12/13 (2002)

Director Jorge Crespo
Conselho de redacção Ana Aires, Miguel Peixoto e Paula Godinho
Conselho consultivo CEEP
Coordenadores n.º 1 - Jorge Crespo • n.º 2 — Ana Duarte e Ângela Luzia • n.º 3 — Inês Fonseca • n.º 4 - Michel Binet • n.º 5 - Miguel Peixoto • n.º 6/7 — Ana Aires e Jorge Crespo • n.º 8/9 — Susana Durão e Emilia Margarida Marques • n.º 10/11 - Ana Duarte • n.º 12/13 - Sónia Vespeira de Almeida e Dulce Freire
Secretariado Av. de Berna, 26-C - 1069-061 Lisboa
Tel.: 217 933 619 — Fax: 217 933 669
(Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa)
Edição Edições Colibri
Depósito legal n.º 105 813/96
ISSN 0874-1123
Distribuição Sodilivros

Dois números por ano.
Preço deste número: 15,00 €

Sumário

11 Apresentação

ARTIGOS

25 Sónia Vespeira de Almeida

Novos olhares sobre o terreno. Etnografia das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas

Resumo: Este artigo tem como objectivo principal a partilha da minha experiência de trabalho de campo no âmbito da investigação de doutoramento sobre as representações de povo subjacentes às Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975). Procurarei dar conta dos desafios metodológicos decorrentes da construção de um objecto de estudo situado num tempo pretérito, interrogando a inibição da Antropologia Portuguesa em trabalhar a conjuntura do *25 de Abril*, contribuindo desta forma para o debate de uma questão central na Antropologia: o *terreno* antropológico.

43 Maria Inácia Rezola

Uma epidemia de planos: projectos políticos do MFA no «Verão Quente» de 1975

Resumo: O Verão de 1975 constitui um marco fundamental do processo revolucionário português. Os precários equilíbrios político-militares alcançados, ao longo do primeiro ano da *Revolução*, rompem-se gerando-se um clima de pré-guerra civil que se arrastará até ao *25 de Novembro*. E, enquanto a sociedade civil se agita e mobiliza para as verdadeiras batalhas campais que então se travam, no centro do poder o próprio núcleo duro do Movimento das Forças Armadas (MFA) se divide. A manifestação mais óbvia dos problemas que o MFA atravessa é a 'guerra de documentos' a que então se assiste. E esse fenómeno que nos propomos analisar.

61 Ivo Lima Veiga

O Boletim do MFA e o processo revolucionário português (Setembro 1974 — Agosto 1975)

Resumo: Com o *golpe de estado* de 25 de Abril de 1974 a oficialidade intermédia portuguesa inaugurou uma transição para a democracia, que registou o comprometimento das Forças Armadas na esfera política. A publicação do Boletim do MFA, *Movimento*, espelha essa participação política, enquanto, ao mesmo tempo, sugere a fragmentação da instituição militar ao sustentar propostas exclusivas. Mas o Boletim do MFA traduz, de igual modo, a necessidade que os militares sentiram de construir uma identidade alicerçada em novos compromissos, na tentativa de criar um conjunto referencial e normativo consensual, simultaneamente produto e agente do processo revolucionário. Por outro lado, quer a sociedade política quer a civil encontravam-se atentas às expectativas do meio militar, pelo que a observação das enunciações vindas a lume no *Movimento* se tornava necessária.

83 Luís Nuno Rodrigues

O Congresso dos Estados Unidos e a revolução portuguesa de 1974

Resumo: O artigo tem por objectivo avaliar a forma como o Congresso dos Estados Unidos da América acompanhou a política portuguesa entre Abril de 1974 e Setembro de 1975. A partir das intervenções dos eleitos americanos no Congresso e dos relatórios que fizeram aquando das deslocações a Portugal procura-se perceber o modo como o desenrolar dos acontecimentos estava a ser recebido nos EUA e também, no contexto da política externa, as estratégias deste país para reagir a esses acontecimentos. Verifica-se que a atitude dos eleitos americanos estava associada à filiação partidária, com os democratas a revelarem posições mais optimistas quanto ao curso dos acontecimentos e os republicanos a admitirem com frequência a eminência de um "assalto ao poder" por parte da esquerda. Conclui-se que as opiniões expressas pelos congressistas tiveram uma importância decisiva na política externa seguida pelos EUA relativamente a Portugal durante esses meses.

113 Diego Palacios Cerezales

Orden público y movilización social en la revolución portuguesa

Resumo: El objetivo principal de este trabajo es explicar la configuración del espacio social que hizo posible el carácter extraordinario de las movilizaciones populares portuguesas durante la el proceso revolucionario de 1974 a 1976. Se argumenta que uno de los elementos más significativos fue la desaparición de la coerción pública, y que ésta se debe analizar atendiendo a la estructuración del Estado, que al entrar en crisis, dejó a las autoridades sin

medias coercitivos a su disposición; además, en ese contexto de incertidumbre, la naturaleza de la competición política impedía que las autoridades asumiesen los costes políticos de mantener el orden. Además, se traía un análisis de la situación de las policías de orden público durante los meses de la revolución y, finalmente, frente a las teorías de inspiración funcionalista, se contrastan las ventajas explicativas del abordaje propuesto.

131 Nadej da Tilhou

O caso Sogantal: memórias de uma luta emblemática

Resumo: Da ocupação da fábrica a dois anos de autogestão pelas trabalhadoras, a luta da Sogantal surge como uma luta emblemática da explosão social subsequente ao 25 de Abril de 1974: 48 operárias têxteis tentaram manter os seus empregos através da venda do produto do seu trabalho. Este episódio transforma-se em objecto de estudo uma vez que a memória colectiva da luta é interpretada de uma perspectiva antropológica. Encontrar os locais e protagonistas trinta anos depois implica interrogar o presente de uma comunidade que desapareceu num contexto de rápida mudança económica e social e Te-traçar os contornos das práticas relacionadas com as mudanças passadas.

145 Dulce Freire

Da ditadura á democracia. Continuidades e mudanças na política agrária durante o PREC

Resumo: Neste artigo avaliam-se as medidas de política agrária discutidas e promulgadas nos últimos anos do Estado Novo e durante o PREC. A análise da legislação, dos planos e dos discursos governamentais mostra que, a par das mudanças introduzidas depois de 25 de Abril de 1974, existem fortes continuidades na passagem de um regime a outro. Ainda que o debate político e ideológico se centre nas medidas de reforma agrária e de incentivo ao alargamento da agricultura moderna, verifica-se que têm grande peso legislativo as medidas que directa e indirectamente favorecem a manutenção de formas *tradicionais* de exploração da terra.

169 Stefano Gallo

A Reforma Agrária em Montemor-o-Novo: o caso da UCP Maria Machado

Resumo: Centrando-se na análise de uma Unidade Colectiva de Produção localizada no concelho de Montemor-o-Novo, este artigo é um contributo para o estudo da reforma agrária na perspectiva da micro-história. Acompanha-se o percurso da UCP desde a criação, em 1975, até à extinção, em 1990. Dá-se conta do desenrolar da vida interna da unidade de produção e do impacto das decisões do poder central no quotidiano desta. Referem-se, nomeadamente,

os efeitos locais da legislação publicada a partir de 1977, que levou à restituição das terras aos antigos proprietários e ao desmantelamento da UCP.

183 Pedro Félix

O comportamento expressivo em Portugal durante a década de 70. "A arte eléctrica de querer ser estrangeiro"

Resumo: A *popular music* em Portugal nos anos 70 e a tensão entre os diferentes géneros musicais (especificamente o *rock* e a música popular) constitui o objecto deste artigo. Este momento histórico é central para compreender a construção das representações ideológicas associadas à música como comportamento expressivo. O artigo aborda também a questão da produção da música e a promoção do discurso ideológico. O papel que os discursos dos órgãos de comunicação exercem no público e nos agentes também é tratado. Por fim, reflecte sobre a definição de conceitos centrais para este debate: "género musical", "som" e claro "*popular music*" no contexto português.

205 Tiago Matos Silva

Luz negra. A história contemporânea nos livros do secundário

Resumo: Partindo de algumas perplexidades decorrentes do trabalho de campo realizado para a tese de licenciatura, serve este texto para questionar a relação entre a ignorância, desinteresse e apolitização dos jovens nascidos na ressaca da revolução de 1974, e os programas da disciplina de História no ensino secundário, nos últimos 27 anos.

Procurando também descobrir se, no caso do século xx português, há colisão entre a Memória e a História, e se sim, quais as responsabilidades do Estado democrático, ou seja, até que ponto o novo Estado, pós-25 de Abril, patrocinou uma imagem do Estado Novo, da Revolução e do processo consequente, pouco coincidente, quando não contraditória, com as recordações pessoais dos informantes. Se o fez, como o fez e, mais importante, porque é que o fez?

ENTREVISTA

227 Entrevista com Luísa Tiago de Oliveira e Jorge Freitas Branco

História e Antropologia, numa missão etnográfica durante o *PREC*

RECENSÕES

RÉSUMÉS/ABSTRACTS

PORTUGAL 1974-1976.
PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO
Apresentação*

A partir de 1975 vulgarizou-se a utilização da sigla PREC¹. A génese da abreviatura, e o seu desdobramento — *Processo Revolucionário Em Curso* — parece estar associada à necessidade de nomear de forma sintética as múltiplas e rápidas mudanças que se seguiram ao golpe de estado de 25 de Abril de 1974. A sigla surgiu na imprensa e entre os protagonistas militares e políticos. E generalizou-se à população que andava *afazer a Revolução* nas ruas, nas escolas e universidades, nas várias instituições, nos quartéis, nas empresas, nos campos.

Os artigos reunidos neste número da *Arquivos da Memória* descrevem e analisam percepções e experiências colectivas e individuais desses meses de excepção. Para as compreender é necessário ter presente alguns acontecimentos. Na madrugada de 24 para 25 de Abril de 1974, desenrolou-se um golpe militar que há meses estava a ser preparado por quadros das Forças Armadas. No dia 25 terminou o regime ditatorial de direita, que começara com o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Durante 48 anos, grupos de diversas tendências políticas desenvolveram, dentro e fora do país, mecanismos de oposição aos governos de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. Contudo, a causa próxima da queda do regime foi a Guerra Colonial travada, desde 1961, em territórios africanos². Até Julho de 1976, o país foi governado por seis governos provisórios³ e houve pelo menos três tentativas de mudança política⁴.

* Dulce Freire e Sónia Vespeira de Almeida

¹ Esta designação passou a coexistir com outras, nomeadamente com as de *Revolução*, *Revolução dos Cravos*, *o 25 de Abril*.

² Existiam frentes de batalha na Guiné Bissau, Angola e Moçambique. Além destes países, também Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Macau faziam parte do Império Colonial Português.

³ Os três primeiros governos provisórios (Maio 1974 a Março de 1975) foram considerados moderados. O quarto e quinto governos (Março a Setembro de 1975) são referidos como radicais. O sexto governo também foi visto como moderado. Refira-se que em todos os governos estavam presentes vários partidos políticos de esquerda e de direita.

⁴ Estas tentativas (referidas em artigos e bibliografia publicados neste número) têm diferentes enquadramentos políticos. Ocorreram a 28 de Setembro de 1974; a 11 de Março de 1975 e a 25 de Novembro de 1975.

Um ano depois da *Revolução*, elegeram-se os deputados para a Assembleia Constituinte, cujo trabalho permitiria aprovar a nova Constituição da República, em Abril de 1976. Até final de 1976, realizaram-se eleições para os órgãos de poder central, regional e local. As primeiras eleições legislativas decorreram a 25 de Abril de 1975, tendo o Primeiro Governo Constitucional tomado posse a 23 de Julho. No Verão, houve eleições para a Assembleia Regional da Madeira e dos Açores (Junho) e procedeu-se (Julho) à eleição do Presidente da República (Julho). Finalmente, a 12 de Dezembro escolheram-se os membros para as autarquias locais. Estes acontecimentos institucionalizaram a democracia e abriram o período de normalização de funcionamento do Estado.

Entendendo, como Nancy Bermeo, que transição é «*o período de tempo que medeia entre o colapso da ditadura e o desfecho das primeiras eleições legislativas democráticas*» (Bermeo, 1999:113), o *PREC* corresponde aos meses em que decorreu essa passagem de um regime a outro. O desenvolvimento de estudos sobre vários países que, nas décadas de 70 e 80, passaram de regimes ditatoriais para regimes democráticos, tem permitido clarificar este conceito e levou alguns investigadores a considerar Portugal como o primeiro caso da terceira vaga de transições ocorridas no século XX⁵.

Desde a madrugada de 25 de Abril, o desenrolar dos acontecimentos suscitou o interesse da população, dos órgãos de comunicação social e de diversas entidades portuguesas e estrangeiras. Nos dias e meses seguintes, apareceram nos locais onde o *fazer a revolução* era mais visível, inúmeros observadores oficiais e oficiosos. Alguns tornaram-se participantes. Muitos tinham gravadores de som, máquinas fotográficas e de filmar ou simplesmente papel, esferográfica e memória, registando em diversos suportes excertos desses anos. Em arquivos públicos e privados, tanto em Portugal como no estrangeiro, é possível encontrar múltiplos documentos sobre o *PREC*⁶. Dão conta de ocupações de empresas e terras, criação de cooperativas, manifestações políticas e culturais, actividades dos militares, actuação de comissões de moradores e trabalhadores, discursos e tomadas de posse,

⁵ No contexto destes estudos considera-se que a transição portuguesa começou antes das ocorridas na Grécia, Espanha, América Latina e Europa de Leste (cf., por exemplo, Huntington, 1991). Outros autores, como Schmitter (1999: 385), integram o caso português numa «inesperada» quarta vaga de democratização. Contudo, continua a não ser consensual, tanto para os protagonistas como para os investigadores, quer a definição temporal do *PREC*, quer a natureza dos acontecimentos que caracterizam os anos subsequentes ao 25 de Abril de 1974.

⁶ Numa altura em que o 25 de Abril e o *PREC* estão a tornar-se "objecto histórico" é evidente que a incúria das entidades responsáveis pela salvaguarda do património documental favorece o desaparecimento de muitas fontes e que grande parte das que sobraram estejam em parte incerta, desorganizadas ou em deficiente estado de conservação. Se os problemas de preservação e acesso à documentação não forem resolvidos, constituirão sérios entraves, e em certos casos inviabilizarão, a pesquisa dos cientistas sociais nas próximas décadas.

tentativas de reviravolta política, esperanças e mudanças no quotidiano, relatos factuais e imaginados, etc.

Algumas destas temáticas estão também presentes nos livros que começaram a publicar-se ainda em 1974. Passados 30 anos, a lista de bibliografia sobre estes meses da História portuguesa é extensa e não cessa de aumentar. Verifica-se, desde o início da *Revolução*, grande presença de obras publicadas por autores estrangeiros, algumas das quais não estão disponíveis nas bibliotecas públicas portuguesas. O interesse suscitado pelos acontecimentos do *PREC*, contrasta, aliás, com o desconhecimento e a escassez de obras sobre outros períodos da História de Portugal publicadas no estrangeiro.

Com o objectivo de enquadrar os artigos publicados neste número da *Arquivos da Memória* no contexto da bibliografia sobre o período, fizemos um levantamento das obras em que o *PREC* assume grande relevância⁷. Numa primeira tentativa de analisar as centenas de títulos publicados entre 1974 e 2003, identificámos três momentos de produção bibliográfica.

1) O primeiro momento corresponde *grosso modo* à segunda metade da década de 70 (para sermos mais precisas: de 1974 a 1979). Na maior parte dos casos são títulos publicados em "cima dos acontecimentos", por autores portugueses e estrangeiros, oriundos de diversos quadrantes profissionais e políticos (quase sempre à esquerda)⁸. Uma parte das obras procura fazer urna abordagem global da conjuntura, dando relevo aos aspectos políticos e institucionais e à reflexão ideológica. Outras dão conta de aspectos específicos, que podem remeter para dolorosas heranças da ditadura (pobreza, falta de infra-estruturas básicas, insuficiente assistência médica, etc.) ou incidir sobre exemplos emblemáticos do ambiente revolucionário (criação de várias comissões, ocupação de terras e empresas, acção e palavras de protagonistas militares e políticos, etc.). Apesar de os autores revelarem mais preocupações descritivas do que analíticas, tentam quase sempre enquadrar os acontecimentos no passado ditatorial do país e, por vezes, a síntese recua um pouco mais na História portuguesa.

De 1974 a 1979 saem uma a cinco dezenas de títulos por ano. A *esquerda* e a *direita* interessam-se pelo passado que possa esclarecer o presente e também pelas atitudes, mecanismos e decisões que constituem o

⁷ Apesar do levantamento bibliográfico não poder ser exaustivo (o qual é particularmente difícil quer devido às condições de publicação da época, quer devido à dispersão das obras por bibliotecas nacionais e estrangeiras), o extenso número de títulos identificados torna inoportável a sua publicação e análise no quadro desta *Apresentação*. Por isso, ao longo do texto referimos alguns autores que podem exemplificar as tendências de cada momento e remetemos para um artigo, em preparação, a publicação de uma lista bibliográfica e de uma análise mais alargadas.

⁸ Alguns exemplos. O livro de Talon (1974) tem três edições em Junho, no mesmo mês sai o de Bayo (1974); Banazol (1974 a, 1974 b) publica dois livros nesse ano. Em 1975, saem, entre outros, livros de Carvalho (1975), Lourenço (1975), Naville (1975), Oliveira (1975), Poulantzas (1975), Santos (1975). Para os anos seguintes podem referir-se: Godinho (1976 a, 19761)), Correia (s/d-a e b [19761), Melo (1976), Spinola (1976 e 197S), Almeida (1978), Lucena (1978), Graham & Makler (1979).

processo revolucionário. As publicações visavam simultaneamente intervir no curso dos acontecimentos e satisfazer a necessidade de informação manifestada pela "opinião pública", pelos partidos políticos e por outras entidades nacionais e estrangeiras. Governos, cidadãos e diversas organizações portuguesas e internacionais procuravam "tomar o pulso" político e social a uma *Revolução* em que as ideologias de esquerda assumiam o protagonismo das decisões.

Começaram a surgir neste fase, e manter-se-ão nas décadas seguintes, duas tendências predominantes. Uma revela a preferência pelo conhecimento e compreensão das atitudes e medidas revolucionárias (sobretudo ligadas às ocupações de casas e terras). Os processos de *reforma* e de *contra reforma agrária*, principalmente as experiências individuais e colectivas vividas no Alentejo, mereceram desde 1975 uma atenção constante.

Outra tendência marcante é a publicação de testemunhos de participantes, com ou sem protagonismo político e militar. Desde final dos anos 70, têm aparecido múltiplas obras que reproduzem autobiografias, entrevistas, histórias de vida e depoimentos. Fornecem uma perspectiva individual sobre os acontecimentos ou tentam transmitir a visão do grupo em que se inseriam ou aquela que era possível obter das/nas diversas posições que ocuparam durante o período.

2) O segundo momento começa em 1980 e prolonga-se até 1993. Em termos médios, o número de títulos diminui (varia entre um e cerca de uma dezena de publicações por ano), verificando-se um aumento quando se assinalam a passagem do décimo e do décimo-quinto aniversários *do 25 de Abril*.

Ainda que no começo dos anos 80 saiam do prelo reflexões, colectâneas de documentos e resultados de pesquisas realizadas na década anterior, é evidente que se modificam as condições de produção e os objectivos das publicações. Por um lado, a consolidação da Democracia introduz novas regras e motivos para a intervenção política, por outro o desenvolvimento das ciências sociais permite diferentes abordagens e enquadramentos teóricos da transição portuguesa.

No panorama nacional, as primeiras investigações sistematizadas sobre o *PREC* desenvolvidas em âmbito académico privilegiam as questões políticas, o papel dos militares e a reforma agrária. As obras de Medeiros Ferreira (1990 e 1992), de Afonso de Barros (1980 e 1981) e os do Grupo de Estudos Rurais, coordenado por António Barreto⁹ são incontornáveis.

Destaca-se a continuada presença de autores norte americanos¹⁰ e espanhóis¹¹ movidos pelo interesse em conhecer a natureza e funciona-

⁹ Os trabalhos dos membros do grupo constituíram a colecção "A reforma agrária" das Publicações Europa-América ao longo dos anos 80, mas muitos dos livros não têm data de edição.

¹⁰ Ver, entre outros, Graham e Wheeler (1984), Bermeo (1986), Downs (1989), Chilcote (1990), Herr (1992)

¹¹ Importa destacar a obra coordenada por Hipólito de la Torre (1989) e Sanchez Cervelló (1993).

mento da democracia portuguesa e também pela necessidade de compreender as especificidades do caso português no contexto da vaga de transições dos anos 70 e 80.

Os aniversários da *Revolução* – décimo e décimo-quinto —, são motivo para seminários, encontros, palestras, colóquios, e por vezes constituem uma oportunidade para o diálogo entre protagonistas e investigadores¹². Quando publicadas, as actas destes eventos contribuem para fazer "o ponto da situação" da bibliografia e da discussão acerca dos temas tratados.

3) O terceiro momento começa em 1994 e está em curso. Com a passagem do vigésimo e vigésimo quinto aniversários sobre os acontecimentos, a necessidade de memória torna-se mais intensa. Os eventos (exposições, colóquios, edições, reportagens) de carácter comemorativo multiplicam-se. O *PREC* volta a ser tema para dezenas de títulos por ano. A maioria das publicações resulta da iniciativa dos participantes, quer dando os seus testemunhos, quer promovendo a pesquisa e as edições. No âmbito das obras colectivas merecem especial destaque as coordenadas por Ferreira (1994), Reis (1994), Rosas (1999) e Brito (2001).

As questões relacionadas com as decisões políticas e a acção dos militares surgem, por vezes, inseridas nas análises acerca das atribuições do Estado e da consolidação da democracia.

Outros assuntos merecem mais atenção editorial: guerra colonial, sobretudo inserida no debate sobre a descolonização; práticas culturais e educação; movimentos sociais e qualidade de vida¹³. A maior parte dos estudos analisa os factores que demonstram as rupturas decorrentes da *Revolução de 1974* e dos meses que se seguiram, verificando-se a continuidade da presença de investigadores estrangeiros¹⁴.

A par destes e de outros autores, já representados nas fases anteriores, nota-se que, a partir da segunda metade dos anos 90, surgem novos autores a assinar estudos sobre o período. Os investigadores que não viveram esses anos encontram na multiplicidade de informações, em diversos suportes, que se foram tornando acessíveis, a principal base da análise e reflexão¹⁵. Para os "novos investigadores", o *PREC* é um objecto de estudo e não um "lugar" de afectos e experiências que fizeram parte do seu quotidiano e que influenciaram percursos individuais e colectivos. Consideramos que estes estudos constituem um olhar sobre o *PREC* diferente do pro-

¹² Ver volume colectivo promovido pela Associação 25 de Abril (1985) relativo a seminário realizado em Maio de 1984; *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1985-1986) relativa ao colóquio "Portugal 1974-1984. Dez anos de transformação social"; Granam e Wheeler (1984) e Coelho (1989).

¹³ Sobre as abordagens referidas ver por exemplo: Oliveira (1996); Guerra (1994, 1996), Macqueen (1997), Raposo (1998), Oliveira (2000), Madeira (1997), Fernandes (1997a e 1997b),

¹⁴ Léonard (1994); Maxwell (1995), Sapelli (1995), Duran-Mufioz (1997), Bermeo (1999), Schmitter (1999)

¹⁵ Rezola (1999, 2000 a e b, 2002), Trindade (1999), Durão (2000), Almeida (2002), Gomez-Fortes (2002), Palácios (2001, 2002), Silva (2002)

duzido por autores que acompanharam o desenrolar dos acontecimentos ou que neles participaram. Todavia, importa salientar que o desenvolvimento das ciências sociais e políticas dos últimos anos, nomeadamente a crescente internacionalização, influenciou os métodos e as reflexões de vários autores que se dedicam ao período.

Os investigadores que aceitaram participar neste número da *Arquivos da Memória* fazem parte da geração de antropólogos e historiadores e cientistas políticos, que não foram testemunhas presenciais dos acontecimentos deste período da História contemporânea portuguesa. Na maior parte dos casos dão a conhecer os resultados de pesquisas de doutoramento e mestrado concluídas recentemente ou ainda em curso. Correspondendo aos objectivos fundadores desta revista, procurámos contributos que dessem conta dos diálogos entre as Ciências Sociais e que, mesmo retomando temas "antigos", proporcionassem abordagens actuais e sob diversas perspectivas.

No primeiro artigo que constitui este dossier, Sónia Vespeira de Almeida partilha a sua experiência de trabalho de terreno no quadro da investigação sobre as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas. No seu "novo olhar sobre o terreno", dá conta dos principais desafios e obstáculos metodológicos inerentes a uma investigação sobre o *Processo Revolucionário em Curso*. A forma como a pesquisa se desenrola insere-se no quadro geral do desenvolvimento de estudos antropológicos em contextos não exóticos e na emergência da chamada "anthropology at home".

Através dos projectos políticos do Movimento das Forças Armadas, Maria Inácia Rezola dá-nos outra perspectiva do "verão quente" de 1975. A análise do *Plano de Acção Política*, do *Documento Guia Aliança Povo-MFA* e do *Documento dos Nove* é reveladora das cisões internas e da fragilidade programática do *Movimento*. Estes documentos permitem também observar o crescente poder dos partidos e movimentos políticos sobre alguns sectores do MFA, bem como afirmar a "legitimidade" revolucionária sobre a "legitimidade" eleitoral, garantindo ao MFA a liderança da *Revolução*.

Tomando como principal fonte a revista *Movimento*, editada pela 5.ª Divisão do Estado Maior Geral das Forças Armadas (EMGFA), Ivo Lima da Veiga observa o posicionamento político dos centros de poder militar com eco nesta publicação e analisa as linhas temáticas que a percorrem. Os artigos de Maria Inácia Rezola e Ivo Veiga, através da análise dos documentos produzidos pelo MFA, apresentam uma perspectiva inovadora problematizando as suas propostas e fraccionamentos durante o *processo revolucionário*.

A instabilidade dentro dos órgãos de poder, associada às ideologias dominantes e á grande capacidade de mobilização social durante este período, é um dos factores que faz com que as atenções da comunidade internacional estejam viradas para o país. Como mostra Luís Nuno Rodrigues, o Congresso dos Estados Unidos da América foi um dos órgãos onde o que

se passava em Portugal foi várias vezes tema de discussão. As reacções dos eleitos americanos foram bastante diversas, mas geralmente estiveram de acordo com as suas tendências políticas. Verifica-se que os democratas estavam mais optimistas em relação ao curso dos acontecimentos, enquanto que os republicanos temeram um "assalto ao poder" por parte dos comunistas.

As questões da ordem pública, da mobilização social e das formas legítimas de exercício da violência durante a *crise* do Estado, são analisadas por Diego Palacios Cerezales. O autor avalia a actuação das polícias de acordo com os vários momentos políticos e sociais.

A partir do estudo da fábrica Sogantal, ocupada em Junho de 1974 pelas suas operárias, Nadejda Tilhou introduz-nos ao movimento operário durante a conjuntura do 25 de Abril de 1974. Além de analisar as trajectórias profissionais e a memória de luta das trabalhadoras, a autora faz uma reflexão em torno do que ficou conhecido como o "caso Sogantal", enquanto objecto de estudo.

A par da gestão de fábricas pelos trabalhadores, a ocupação de terras no Sul do país tornou-se um dos sinais da força do "poder popular" durante o *PREC*. A partir dos dados recolhidos em Montemor-o-Novo, Stefano Gallo acompanha o processo de constituição, o funcionamento e a decadência da unidade colectiva de produção Maria Machado. Este é um dos muitos exemplos em que o percurso da unidade de produção é determinado pelas mudanças de conjuntura política que leva à publicação de leis com efeitos nos campos.

As leis de reforma e de contra-reforma agrária e o peso do sector primário na economia contribuíram para que a "questão da terra" voltasse a ganhar actualidade durante o *PREC*. No debate político e ideológico e nos estudos publicados sobre a agricultura deste período evidenciam-se sobretudo as rupturas introduzidas pela Revolução. Contudo, como nota Dulce Freire, a análise da legislação e dos programas governamentais mostra que na política agrária do período revolucionário há fortes continuidade com as medidas adoptadas durante o Estado Novo.

Na área das práticas musicais, a maior parte dos estudos sobre a conjuntura do 25 de Abril de 1974 centra-se na canção política. O artigo de Pedro Félix refere-se às produções alternativas à canção de intervenção, enfatizando as tensões existentes entre os vários géneros musicais: rock, música popular/canção política. O investigador confronta-nos com universos musicais relacionados com uma indústria incipiente e com origem no contexto urbano, destacando o rock produzido em Portugal no período compreendido entre 1970-1980.

Tendo como pano de fundo o debate teórico em torno da Memória e da História, Tiago Matos Silva trabalha as representações do 25 de Abril e do *PREC* presentes nas construções discursivas da geração que nasceu depois da *Revolução* e da geração imediatamente anterior. Desta forma confronta os discursos de pais e de filhos sobre esta conjuntura histórica. O autor propõe-nos ainda uma análise dos programas da disciplina de Histó-

ria no ensino secundário, problematizando a construção da história oficial sobre o Estado Novo, *25 de Abril e PREC*.

Antes das recensões que completam este número da *Arquivos da Memória*, publicamos uma entrevista com Luísa Tiago Oliveira e Jorge de Freitas Branco que estudaram uma parte dos objectos que hoje constituem o espólio do Museu do Trabalho Michele Giacometti, em Setúbal. No *verão quente* de 1975, Giacometti dirigiu o Programa de Trabalho e Cultura que através do Serviço Cívico Estudantil procedeu a uma recolha etnográfica de objectos de trabalho. A historiadora fez parte de uma das equipas que esteve em Trás-os-Montes. Quando, no final dos anos 80, encontrou o espólio que tinha sido recolhido abandonado numa dependência do museu, desafiou o antropólogo a estudá-lo. Além do trabalho conjunto que desenvolveram, os entrevistados referem também o ambiente académico e científico do *PREC*.

Bibliografia

- ALMEIDA, Dinis de, 1978, *Ascensão, apogeu e queda do Movimento das Forças Armadas*, 2 vol., Ed. do autor, Lisboa
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, 2002, "Dinamização Cultural, «Muito Prazer em conhecer vocelências», *História*, N.º 44, Ano XXIV (III Série), Abril, 50:55
- AAVV, 1985, *Seminário 25 de Abril. 10 Anos depois*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 a 4 de Maio 1984, Lisboa
- AAVV, 1985, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (colóquio Portugal 1974-1984. Dez anos de transformação social), vol. I, n.º 15-16-17, Coimbra, CES
- AAVV, 1986, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (colóquio Portugal 1974-1984. Dez anos de transformação social), vol. II, n.º 18-19-20, Coimbra, CES
- BANAZOL, Luís, 1974a, *A origem do Movimento das Forças Armadas*, Prelo, Lisboa
- BANAZOL, Luís, 1974b, *Os capitães: análise crítica da sua formação*, Prelo, Lisboa
- BARROS, Afonso, 1980, *Do latifundismo á reforma agrária*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras
- BARROS, Afonso, 1981, *A reforma agrária em Portugal — Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras
- BAYO, Eliseu, 1974, *Portugal en libertad condicional*, Ed. Dirosa, Barcelona
- BERMEO, Nancy Gina, 1986, *The Revolution Within the Revolution, Workers Control in Rural Portugal*, Princeton, Univ. Press, Princeton
- BERMEO, Nancy Gina, 1999, *A teoria da democracia e as realidades da Europa do Sul*, Difel, Algés
- BRITO, J.M. (eds.), 2001, *O país em revolução*, Editorial Notícias, Lisboa
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, 1975, *Cinco meses que mudaram Portugal*, Portugália, Lisboa

- CHILCOTE, Ronald H., eds., 1990, *Transitions from dictatorship to democracy: comparative studies of Spain, Portugal and Greece*, Crane Russak, Nova Iorque
- COELHO, Mário Baptista (eds.), 1989, *Portugal, o sistema político e constitucional*, ICS, Lisboa
- CORREIA, Ramiro; SOLDADO, Pedro; MARUJO, João, s/d-a, *MFA, Dinamização Cultural*, Ulmeiro, Lisboa
- CORREIA, Ramiro; SOLDADO, Pedro; MARUJO, João, s/d-b, *MFA e luta de classes*, Ulmeiro, Lisboa
- DOWNS, Charles, 1989, *Revolution at the grassroots. Community organizations in the Portuguese revolution*, State University of New York Press, Albany
- DURÁN MUN' OZ, Rafael, 1997, *Acciones colectivas y transiciones a la democracia. Epatela y Portugal 1974-1977*, Fundación Juan March, Tese de Doutoramento, Madrid
- DURÃO, Vasco, 2000, "Versões sobre o fim de uma revolução", *História*, N.º 30, Ano XXIII (III Série), Novembro, Lisboa, 10:18
- FERNANDES, Margarida, 1997a, "This is our land" — *From latifundia to collective farms. Farm occupations and social relations in Baleizão Southern Portugal*, Dissertação de doutoramento, dactilografada, Universidade de Kent, C anterb ury
- FERNANDES, Margarida, 1997b, "Terra, trabalho e pão: o caso de Baleizão", *História*, N.º 32, Ano XIX (Nova Série), Junho, Lisboa, 48:56
- FERREIRA, José Medeiros 1990, *Ensaio histórico sobre a revolução do 25 de Abril*, Alfa, Lisboa
- FERREIRA, José Medeiros, 1992, *O comportamento político dos militares — Forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Estampa, Lisboa
- FERREIRA, José Medeiros, 1994, eds., Portugal em transe 1974-1985, Vol 8 de José Mattoso (dir), *História de Portugal*, Circulo de Leitores, Lisboa
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1976a, *A Democracia Socialista, um mundo novo e um novo Portugal*, Génese, s/ local
- GODINHO, Vitorino Magalhães 1976b, *Pensar a democracia para Portugal*. Incomodamente, Lisboa
- GOMÉZ-FORTES, Braulio, 2002, "De la revolución havia la democracia representativa. El 2.º Pacto MFA — Partidos Políticos", *Historia y Política*, n.º 7, Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 249:266
- GRAHAM, Lawrence S., MAKLER, Harry M., (ed.), 1979, *Contemporary Portugal: The revolution and its antecedents*, University of Texas Press, Austin
- GRAHAM, L. S.; WHEELER, Douglas L., eds, 1984, *In Search Of Modern Portugal*, Wisconsin University Press
- GUERRA, João Paulo, 1994, *Memória das guerras coloniais*, Afrontamento, Porto
- GUERRA, João Paulo, 1996, *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Dom Quixote, Lisboa
- HERR, Richard, eds, 1992, *The New Portugal, Democracy and Europe*, University of California at Berkeley, EUA

- HUNTINGTON, Samuel, 1991, *The third wave: democratization in the late twentieth century*, University of Oklahoma Press, Norman
- LEONARD, Yves, 1994, *Le Portugal: vingt ans après la Révolution des willets*, La Documentation Française, Paris
- LOURENÇO, Eduardo, 1975, *Os militares e o Poder*, Publicações D. Quixote, Lisboa
- LUCENA, Manuel de, 1978, *O estado da revolução*, Ed. Expresso, Lisboa
- MACQUEEN, Norrie, 1997, *The descolonization of portuguese Africa: metropolitan revolution and the dissolution of empire*, Longman, Harlow
- MADEIRA, João, 1997, "A Greve de 1974 nos Estaleiros Navais de Lisboa: o fim de um ciclo", *Arquivos da Memória*, N.º 3, Outono/Inverno, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa/Colibri, Lisboa, 67: 83
- MAXWELL, Kenneth, 1995, *The Making Of Portuguese Democracy*, Cambridge University Press
- MELO, Gaivão de, 1976, *Coragem de Lutar*, ed. autor, Lisboa
- NAVILLE, Pierre, 1975, *Pouvoir militaire et socialisme au Portugal*, Anthrope, Paris
- OLIVEIRA, César, 1975, *MFA e revolução socialista*, Diabril, Lisboa
- OLIVEIRA, César, 1996, *Portugal, dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-76, ensaios e documentos*, Cosmos, Lisboa
- OLIVEIRA, Luisa Tiago de, 2000, *O Serviço Cívico Estudantil*, Tese Doutoramento, ISCTE, Lisboa
- PALACIOS, Diego, 2001, *Crisis de Estado y acciones colectivas en la Revolución portuguesa*. Tese de Mestrado, ICS, Lisboa
- PALACIOS, Diego 2002, "Reacción popular violenta y Estado revolucionario. El verano caliente portugués de 1975". *Historia y Política* n.º 7, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 211:34
- POULANTZAS, Nicos, 1975, *La crise des dictatures*, François Maspero, Paris
- RAPOSO, Eduardo, 1998, *O papel sócio-cultural e político do canto de intervenção na oposição ao Estado Novo, 1960-1974*, policopiado, Tese mestrado História dos séculos XIX e XX, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- REIS, António, 1994, eds., *Portugal 20 anos de Democracia*, **Círculo de Leitores**, Lisboa
- REZOLA, Maria Inácia, 1999, "Operação «Fim-Regime»", *História*, N.º 13, Ano XXI (Nova Série), Abril, Lisboa, 30:43
- REZOLA, Maria Inácia, 2000 a, "25 de Abril de 1974", *O Século XX*, Público/EI Pais, N.º 24, 558:562
- REZOLA, Maria Inácia, 2000b, "O Poder está na Rua", *O Século XX*, Público/EI Pais, N.º 25, 582:587
- REZOLA, Inácia, 2002, "Dei Movimiento de los Capitanes a Consejo de la Revolución" in *Historia y Política*, n.º 7, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 181:209
- ROSAS, Fernando, eds, 1999, *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, IHC-UNL, Lisboa

- SÁNCHEZ CERVELLO, Josep, 1993, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola*, Assírio e Alvim, Lisboa
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1975, *Democratizar a universidade. Universidade para quê? Para quem?*, Centelha, Coimbra
- SAPELLI, Giulio, 1995, *Southern Europe since 1945: tradition and modernity in Portugal, Spain, Italy, Greece and Turkey*, Longman, Londres
- SCHMITTER, Philippe C., 1999, *Portugal: do autoritarismo à democracia*, ICS, Lisboa
- SILVA, Tiago Matos, 2002, *Pais de Abril, Filhos de Novembro. Memória do 25 de Abril*, Edições Dinossauro, Lisboa
- SPÍNOLA, António, 1976, *Ao Serviço de Portugal*, Bertrand, Lisboa
- SPÍNOLA, António, 1978, *Pais sem rumo. Contributo para a história de uma revolução*, SCIRE, Lisboa
- TALON, Vicente, 1974, *Portugal golpe ou revolucion*, Libros CUS, Madrid
- TRINDADE, Luis, 1999, "Um longo 25 de Abril", *História*, N.º 13, Ano XXI (Nova Série), Abril, Lisboa, 54:62
- TORRE, Hipólito de la (eds.), 1989, *Portugal y España ante el cambio político*, UNED, Madrid

NOVOS OLHARES SOBRE O *TERRENO*.
ETNOGRAFIA DAS CAMPANHAS DE
DINAMIZAÇÃO CULTURAL E ACÇÃO CÍVICA
DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS¹

*Sónia Vespeira de Almeida**

Este artigo tem como objectivo principal a partilha da experiência de trabalho de campo realizado no âmbito da minha investigação de doutoramento sobre a construção da ruralidade no período da transição democrática portuguesa. Neste trabalho procuro interpelar as construções discursivas sobre a sociedade rural subjacentes às Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975) como "teorias nativas" (Neiburg, 1997), isto é, interrogar estes discursos como interpretações de uma realidade social específica, num contexto histórico e político determinado. Os protagonistas das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA são, assim, concebidos como intérpretes de um país a que se procurava dar visibilidade. A investigação em curso possui, ainda, um outro objectivo que consiste, através de um trabalho de terreno extensivo realizado nos distritos Viseu e Bragança, aceder às reacções das populações locais destinatárias desta acção do MFA².

Assim, num primeiro momento, proponho uma reflexão sobre a relação da Antropologia com o designado *PREC* (Processo Revolucionário em Curso), de seguida, apresentarei uma breve caracterização das Campanhas de Dinamização e Acção Cívica do MFA. Estes dois momentos permitirão enquadrar as questões relacionadas com a construção de uma antropologia retrospectiva, problematizadas na terceira parte, contribuindo para a discussão de uma questão central e pouco debatida na antropologia portuguesa: o *terreno* antropológico

¹ Agradeço a João Leal e Dulce Freire o comentário crítico à versão pré-final deste texto.

Doutoranda Antropologia — ISCTE. Bolseira FCT-FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Investigadora do CEEP.

² Esta dimensão não será alvo de análise neste artigo.

O *PREC* na antropologia portuguesa

Um dos principais desafios da investigação em curso consistiu no processo de construção das etnografias face à peculiaridade do objecto de estudo, o que conduziu a um verdadeiro exercício de "imaginação etnográfica" no sentido de adequar um conjunto de metodologias a um objecto de estudo pouco "tradicional". A sua especificidade deriva não só do facto de este se situar num tempo pretérito, como também de serem os discursos produzidos pelos promotores das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (militares e civis) e pelas comunidades destinatárias desta acção, o objecto de estudo e não as suas práticas quotidianas. De facto, esta investigação caracteriza-se pela ausência de um presente etnográfico, uma vez que os entrevistados encontram-se relacionados entre si pela partilha de um acontecimento e de uma experiência ocorrida há 29 anos, produzindo hoje discursos sobre o passado.

Importa sublinhar que o discurso antropológico tem sido marcado pela utilização de uma expressão que, no vocabulário da disciplina, é conhecido como "presente etnográfico", que implica a utilização do tempo presente como modo de representação dos outros, o que contribuiu para o próprio processo de legitimação da Antropologia.

Esta concepção reflecte uma relação de observação distanciada com o objecto de estudo (Fabian 1983). O presente etnográfico surge assim como urna construção edificada sobre o tempo que torna o real tangível e passível de ser apropriado. Importará, na óptica de K. Hastrup (1995), reflectir sobre este conceito, reinventando-o à luz de novas perspectivas. A Antropologia que se debruça sobre as sociedades europeias confronta-se com questões inerentes aos próprios métodos da disciplina, na medida em que se vai debruçando, cada vez mais, sobre objectos que não são tradicionalmente os seus.

Na obra *Other Histories*, Hastrup (1992) reitera que em Antropologia os *outros* (entenda-se o objecto antropológico) têm sido excluídos da *nossa* história e colocados num tempo distante. A desconstrução da linearidade e da unidade da história europeia torna-se cada vez mais premente, uma vez que na Europa existem uma multiplicidade de histórias que constituem a História.

Neste sentido, a contribuição da Antropologia reside sobretudo no reescrever da história mundial como uma história múltipla, não domesticada. Para tal importa combater os estudos "isolados" a que a metodologia do trabalho de campo dava resposta. O *todo* correspondia a uma cultura local, concebida numa perspectiva sincrónica, já que as primeiras sociedades alvo desta metodologia não dispunham de registos escritos, e mesmo quando os possuíam tendiam a ser preteridos. A Antropologia ignorou, assim, a mudança como traço inerente a todas as sociedades, evitando os antropólogos definir o seu objecto de estudo em termos temporais, esquecendo os processos históricos.

Tendo como contexto a conjuntura do 25 de Abril de 1974 importa questionar qual o posicionamento da antropologia portuguesa perante este acontecimento. Como se caracteriza o olhar antropológico sobre o *PREC*? Como explicar a "inibição antropológica" perante o processo *revolucionário* português?

Será que a tradição da disciplina em Portugal, na esteira dos trabalhos de Jorge Dias³ (1948;1953), onde a comunidade era o laboratório antropológico por excelência, o tempo presente o modo de representação do *outro* e onde a mudança era pouco enfatizada, poderá ajudar a explicar esta "inibição"? Ou como afirmou Boaventura de Sousa Santos em 1984, num Seminário promovido pela Associação 25 de Abril, houve um período em que era muito cedo para:

"proceder a uma análise detalhada e tanto quanto possível objectiva do complexo processo social e político por que passou a sociedade portuguesa. É cedo porque não está feita ainda a investigação empírica necessária que nos permita, através de análises sectoriais e pormenorizadas, formular com segurança algumas hipóteses de trabalho sobre o perfil geral deste processo. E cedo sobretudo porque todos nós, cada um à sua maneira, somos hoje analistas de um período de que fomos envolidamente activistas [...] fomos actores principais ou secundários de decisões importantes ou simplesmente moureamos nas acções miúdas e quotidianas de que são feitas as grandes acções revolucionárias." (1984:45)

Para enquadrar estas interrogações proponho um itinerário que espero que passe por todas as obras onde a *revolução de 1974* é referenciada ou objecto de análise aprofundada⁴. Neste sentido, importa sublinhar que a produção antropológica sobre o processo de transição para a democracia em Portugal é em geral tímida. Os trabalhos produzidos no final da década de 70 e na década de 80 são marcados por referências envergonhadas, não sendo este período alvo exclusivo de uma análise aturada.

A referência pioneira pertence a José Cutileiro. No posfácio, datado de 1977, inserido na versão portuguesa da monografia *A Portuguese Rural Society* (1971), o autor actualiza a sua obra baseada em visitas a Vila Velha, em Março e Setembro de 1975 e em Setembro de 1976, abordando a questão da Reforma Agrária e suas consequências na comunidade estudada, afirmando:

³ Jorge Dias é considerado um dos pioneiros dos estudos sobre o comunitarismo em Portugal. Nos seus trabalhos, *Marinho da Furna, uma aldeia comunitária* (1948) e *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-pastoril* (1953), pautados pela óptica funcionalista, são apresentadas um conjunto de especificidades das comunidades rurais: igualitárias, fechadas, tradicionais, harmoniosas, autónomas e democráticas, edificando, o autor, uma imagem dos campos portugueses enquanto mundos pacíficos e harmoniosos onde a conflitualidade era episodicamente notada, imagem esta tão cara ao Estado Novo.

⁴ O período considerado para a análise da produção antropológica sobre esta temática situa-se entre 1977 e 2003, tomando como critério a data de publicação dos trabalhos. As excepções serão devidamente justificadas.

Por um lado, a entrevista também constituiu um momento de valorização e legitimação "vinda de fora" do grupo que protagonizou as Campanhas de Dinamização Cultural. Confrontei-me com uma memória injustiçada, uma memória dos derrotados, uma memória marginal, que circulava entre um grupo restrito de indivíduos que hoje mantêm laços de características diversas, marcado por diferentes trajectórias. Rememora-se como um elemento de um colectivo que oficialmente já não existe, o MFA, a Comissão Dinamizadora Central já não existem. E um *nós* desagregado, fragmentado.

A nostalgia marca também os discursos. A memória desta experiência, relatada como um projecto político perdido e interrompido, conduz à criação de um presente alternativo, aproximando-se da uchronia de Portelli (1988), designando um "não tempo" onde parece repousar a solução para a "crise actual do país". É a partir das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA que é lido e enquadrado o momento presente, num discurso pautado pela referência à decadência nacional.

É da coisa olhada que deve partir a trajectória que a liga à coisa que olha

Este artigo constituiu um exercício de partilha de experiências e procurou contribuir para uma reflexão sobre as práticas de elaboração das etnografias de uma investigação em Antropologia.. A construção e desconstrução de paradigmas, os diálogos inter-disciplinares, a forma como conceptualizamos os espaços de investigação, como questionamos os conceitos permitem a abertura de novos caminhos e desafios para a disciplina. A Antropologia desenha, assim, os seus trajectos que espelham novos tempos e espaços, actualizando o seu objecto e as suas metodologias.

De facto, o conceito de *terreno*, concebido quer na sua acepção tradicional, quer à luz das novas reformulações, é uma ferramenta conceptual que permite circunscrever a recolha do material empírico, constituindo um património fundamental para a definição e afirmação da Antropologia enquanto campo disciplinar.

Como escreve Italo Calvino, ao relatar os percursos reflexivos de Palomar "é da coisa olhada que deve partir a trajectória que a liga à coisa que olha" (Calvino, 1985:118).

Bibliografia

- ALMEIDA, Miguel Vale de, 1995, *Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século
- 2000, *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política de Identidade*, Oeiras, Celta Editora
- 2002, "Longing for Onself : Hybridism and Miscegenation in Colonial and Postcolonial Portugal", *Etnográfica*, Vol. VI (1), CEAS/Celta, Maio, 181-200

- ANDERSON, Benedict, 1991 [1983], *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, New York, Verso
- BARRETO, António, 1987, *Anatomia de uma Revolução, A reforma agrária em Portugal 1974-1976*, 7.º Volume, Mem Martins, Publicações Europa América
- BASTOS, Susana Pereira, 1997, *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e sua repressão*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- BASTOS, Cristiana, 1999, *Global Responses to AIDS: Science in Emergency*, Bloomington, Indiana University Press
- 2002, "The Inverted Mirror: Dreams of Imperial Glory and Tales of Subalternity from Medical School of Goa", *Etnográfica*, Vol. VI (1), Maio, CEAS/Celta, 59-76
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira, as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- 1995, "Lugares para o Povo: Uma Periodização da Cultura Popular em Portugal Branco, J.F. & Leal J.(eds.) "Retratos do País, Actas do Colóquio", *Revista Lusitana*, n.ºs 13/14, 145-177
- BRANCO, Jorge de Freitas; OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 1993, *Ao Encontro do Povo I— A Missão*, Oeiras, Celta Editora
- BRANCO, Jorge de Freitas; OLIVEIRA, Luisa Tiago, 1994, *Ao Encontro do Povo II— A Colecção*, Oeiras, Celta Editora
- BRANCO, Jorge Freitas; LEAL, João, 1995, "Introdução", Branco, J.F. & Leal J. (eds.) "Retratos do País, Actas do Colóquio", *Revista Lusitana*, n.ºs 13/14, 112
- BRETTELL, Caroline B., 1979, "Emigration and Its Implications for the Revolution in Northern Portugal", Graham, S. Lawrence & Makler, Harry M. (eds), *Contemporary Portugal. The revolution and its antecedents*, University of Texas Press, Austin
- 1983, "Emigração, a Igreja e a festa religiosa no norte de Portugal: Estudo de um caso", *Estudos Contemporâneos*, 5, 175-204
- 1991, *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- BRITO, Joaquim Pais de, 1996, *Retrato de uma Aldeia com Espelho, Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- BRITO, Joaquim Pais de; BAPTISTA, Fernando Oliveira; PEREIRA, Benjamim (eds.), 1996, *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia
- BURGESS, Robert G., 1997, *A Pesquisa de Terreno, Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1981, "A ética dos estudos camponeses: notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu "futuro" em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais. A Pequena Agricultura em Portugal*, 7/8, Coimbra, Dezembro, 133-148
- CALVINO, Italo, 1987, *Palomar*, Lisboa, Editorial Teorema

- CARVALHO, Clara, 2000, "A Revitalização do poder tradicional e os regulados Manjaco da Guiné-Bissau", *Etnográfica*, Vol. IV (1), Maio, CEAS/Celta, 37-59
- 2002, "Ambiguous Representations: Power and Mimesis in Colonial Guinea", *Etnográfica*, Vol. VI (1), Maio, CEAS/Celta, 93-111
- CHENE, Mary des, 1997, Locating the Past, Gupta, Ahkil; Ferguson, James (eds.), *Anthropological Locations, Boundaries and Grounds of a Field Science*, Londres, University of California Press, 66-85
- COLE, Sally, 1994, *Mulheres da Praia, O trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- CORBIN, John, 1995, "Truth and Myth in History: An example from Spanish Civil War", *Journal of Interdisciplinary History*, XXV:4, (Primavera), 609-625
- CORDEIRO, Graça Índias, 1997, *Um Lugar na Cidade, Quotidiano, Memória e Representação no bairro da Bica*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- CORREIA, Ramiro; SOLDADO, Pedro; MARUJO, João, s/d, *MFA, Dinamização Cultural*, Lisboa, Ulmeiro
- CUTILEIRO, José, 1977, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa
- DIAS, Jorge, 1981 [original de 1948], *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*, Lisboa, INCM
- 1981 [original de 1953], *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril*, Lisboa, Presença
- DURÃO, Susana, 2003, *Oficinas e Tipógrafos. Cultura e Quotidianos de Trabalho*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- FABIAN, Johannes, 1983, *Time and the Other, How Anthropology Makes its Object*, E.U.A., Columbia University Press
- FENTRESS, J. Chris Wickham, 1992, *Memória Social*, Lisboa, Teorema
- FATELA, João, 1989, *O Sangue e a Rua. Elementos para uma antropologia de violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- FERNANDES, Margarida, 1997, "This is our land" – From latifúndia to collective farms. Farm occupations and social relations in Baleizão – Southern Portugal, Dissertação de doutoramento, dactilografada, Canterbury, Universidade de Kent
- 1997, "Processos Globais e Estratégias Locais. A questão das ideologias na «Reforma Agrária» Portuguesa", *Arquivos da Memória*, N.º 3, Outono/Inverno, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa/Colibri, Lisboa, 53-64
- 1997, "Terra, trabalho e pão: o caso de Baleizão", *História*, N.º 32, Ano XIX (Nova Série), Junho, Lisboa, 48-56
- 2002, "A organização dos trabalhadores agrícolas na Reforma Agrária: o caso de Baleizão", *Etnográfica*, N.º 2, Vol. VI, Lisboa, CEAS/Celta, 327-345
- FERREIRA, José Medeiros, 1993, *Portugal em Transe (1974-1985)*, Vol. 8, da *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores
- FONSECA, Inês, 1997(a), *O dia em que deixaram de "comer de boca fechada". Memórias de um conflito social – formas de resistência em meio rural*, Dissertação de mestrado, dactilografada, Lisboa, FCSHUNL

- 1997(b), "Remediados e «desferrados»: Aivados durante o Estado Novo, *História*, N.º 32, Ano XIX (Nova Série), junho, Lisboa, 36 - 47
- FRADIQUE, Teresa, 2003, *Fixar o Movimento. Representações da Música Rap em Portugal*, Lisboa, Pub. D. Quixote.
- GoDINHO, Paula, 2001, *Memórias da resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora
- GOLDEY, Patrícia, 1981, "Emigração e estrutura familiar: Estudo de caso no Minho", *Estudos Contemporâneos*, 2/3, 111-127
- 1983, "Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho (1876-1976)", *Análise Social*, XIX (77,78,79), 995-1021
- GUPTA, Ahkil FERGUSON, James (eds.), 1997, *Anthropological Locations, Boundaries and Grounds of a Field Science*, Londres, Berkeley, Los Angeles, University of California Press
- HASTRUP, Kirsten (eds), 1992, *Other Histories*, Londres, Routledge
- HASTRUP, Kirsten, 1995, *A Passage to Anthropology, Between experience and theory*, Routledge, Londres, Nova Iorque
- LEAL, João, 1994, *As Festas do Espírito Santo nos Açores, Um Estudo de Antropologia Social*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- 1995, "Imagens contrastadas do povo: cultura popular e identidade nacional na antropologia portuguesa oitocentista", Branco, J.F. & Leal J.(eds.) "Retratos do País, Actas do Colóquio", *Revista Lusitana*, n.º 13/14, 125-144
- 1999, "Saudade, la construction d'un symbole "Caractère national" et identité nationale", *Ethnologie Française*, XXIX - 2 Abril-Junho, 177-189
- 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970), Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- 2002, "Metamorfoses da Arte Popular: Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa, *Etnográfica*, N.º 2, Vol. VI, Lisboa, CEAS/Celta, 251-280
- LIMA, Antónia Pedroso de, 1997, "Trabalho de campo com famílias da elite empresarial de Lisboa: um terreno para a análise e o exercício das relações de poder", *Ethnologia*, Nova Série, n.º 6-8, Departamento de Antropologia, FCSH-UNL, Lisboa, Edições Cosmos, 105-122
- 2003, *Grandes Famílias, Grandes Empresas*, Lisboa, Pub. D. Quixote *Livro Branco da & Divisão*, 1974-1975, 1984, Lisboa, Ler Editora
- McADAm CLARCK, Sandra; O'NEIL Brian, 1980, "Agrarian Reforms in Southern Portugal", *Critique of Anthropology*, 4 (15), 47-74
- MEDEIROS, António, 1995, "Minho: Retrato oitocentista de uma paisagem de eleição", Branco, J. F. & Leal J.(eds.) "Retratos do País, Actas do Colóquio", *Revista Lusitana*, n.ºs 13/14 (Nova Série), 97-123
- NEIBURG, Federico, 1997, *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo
- OLIVEIRA, Luisa Tiago de, *O Serviço Cívico Estudantil, 2000, (1974-1977), Estudantes e Povo numa Conjuntura Revolucionária*, Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa

- O'NEILL, Brian, 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras, Desigualdade social numa aldeia transmontana (1870-1978)*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- O'NEILL, Brian; BRITO, Joaquim Pais de (eds.), 1991, *Lugares de Aqui, Actas do Seminário "Terrenos Portugueses"*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- PEREZ, Rosa Maria, 1994, *Reis e Intocáveis: um estudo do sistema de castas no Noroeste da Índia, Oeiras*, Celta Editora
- PINA-CABRAL, João de, 1989, *Filhos de Adão, Filhas de Eva, A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- 1991, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel
- PORTELLI, Alessandra, 1988, «Uchronic Dreams: working class and memory and possible worlds», *Oral History*, vol. 16, Outono 46-56
- RAPOSO, Paulo, 1998, "O Auto da Floripes: "cultura popular", etnógrafos, intelectuais e artistas", *Etnográfica*, Vol. II (2), CEAS/Celta, Novembro, 189-219
- REED, Robert Roy, 1989, *Managing the Revolution: Revolutionary Promise and Political Reality in Rural Portugal*, Doutoramento Antropologia, Universidade de Indiana
- RIEGELHAUPT, Joyce F., 1984, "Introduction", Graham, L.S. & Wheeler, Douglas L., (eds), In Search Of Modern Portugal. Wisconsin University Press, 3-13
- ROWLAND, Robert, 1984, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: Questões para uma investigação comparada", *Ler História*, 5, 83-104
- SANCHIS, Pierre, 1983, *Arraial: festa de um povo*, Lisboa, Pub. D. Quixote
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1984, "A Crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975", *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*, Associação 25 de Abril, Fundação Calouste Gulbenkian, 45:48
- SANTOS SILVA, Augusto, 1994, *Tempos Cruzados, Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento
- SILVA, José Carlos Gomes da, 1994, *A Identidade Roubada: ensaios de antropologia social*, Lisboa, Gradiva
- SILVA, Manuel Carlos, 1998, *Resistir-se e Adaptar-se, Constrangimentos e estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento
- SILVA, Maria Cardeira da, 1999, *Um Islão Prático, O quotidiano feminino em meio popular muçulmano*, Oeiras, Celta Editora
- SILVA, Tiago Matos, 2002, *Pais de Abril, Filhos de Novembro. Memória do 25 de Abril*, Lisboa, Edições Dinossauro
- SILVANO, Filomena, 1997, *Territórios da Identidade: representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta Editora
- SOBRAL, José Manuel, 1999, *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, ICS
- THOMPSON, Paul, 1989[1978], *The Voice of the Past, Oral History*, Oxford, Nova Iorque, Oxford University Press
- WALLENSTEIN, Carlos, 1974, "Teatro e animação cultural" *Colóquio Artes*, n.º 20, 2ª Série, 16º ano, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 78-79
- WATEAU, Fabienne, 2000, *Conflitos e Água de Rega, Ensaio sobre a organização social no vale de Melgaço*, Lisboa, Pub. D. Quixote

UMA EPIDEMIA DE PLANOS: PROJECTOS POLÍTICOS DO MFA NO «VERÃO QUENTE» DE 1975

Maria Inácia Rezola*

*«Paira por assim dizer uma epidemia em Portugal: a dos planos»
(Vasco Gonçalves em Almada, 18/8/75)*

O Verão de 1975 constitui um marco fundamental do processo revolucionário português. Depois de um ano de incessante procura do rumo a seguir, as clarificações alcançadas na sequência dos *golpes* frustrados do *28 de Setembro* e *11 de Março*, que resultaram no afastamento dos sectores direitistas da esfera do poder, revelam-se insuficientes. No Verão de 75 a *Revolução* espartilha-se definitivamente. Os precários equilíbrios alcançados rompem-se e as tensões acumuladas manifestam-se com toda a violência gerando um clima de pré-guerra civil que se arrastará até ao *25 de Novembro*. E, enquanto a sociedade civil se agita e mobiliza para verdadeiras batalhas campais, no centro do poder o próprio núcleo duro do Movimento das Forças Armadas (MFA) se divide. A manifestação mais óbvia dos problemas que o MFA enfrenta é a 'guerra de documentos' a que então se assiste. E esse fenómeno que nos propomos analisar.

Nas suas memórias, o ex-conselheiro da Revolução Franco Charais faz uma leitura do fenómeno:

«Incapaz de transformar a sociedade, uma vez que havia sido opção dominante, desde o 25Abr, que esta tarefa caberia aos civis e não aos militares, o MFA vai ser empurrado para a guerra de documentos. Com efeito, forças políticas, ou certos grupos de intelectuais, procuraram influenciar certos grupos de militares que, em seu entender, possuiriam a força das armas que lhes permitiria impor ao país as suas ideologias. Com certeza que o Conselho da Revolução, perante a fragilidade das forças partidárias, ou melhor, o desconhecimento da sua força, vai responder, elaborando documentos e acordos

* Mestre em História do Século XX; docente da Escola Superior de Comunicação Social do IPL (bolseira do PRODEP); este artigo integra-se num estudo mais amplo em curso tendo em vista a apresentação da minha tese de doutoramento, na FCSH da UNL, subordinada ao tema *O Conselho da revolução e o processo de transição para a democracia em Portugal*.

que pudessem contentar uns e outros e, fundamentalmente, que contribuíssem para evitar confrontos entre militares e ou forças civis» (Charais 2002:97).

Sem discordar da análise do então Chefe de Estado Maior da Região Militar Centro, em nosso entender a 'epidemia de planos' é não só um reflexo dessas complexas relações facções do MFA e alguns partidos políticos como também a face visível das lutas pelo poder no interior do próprio Movimento e a manifestação óbvia da fragilidade programática de que, desde o início, enfermou o MFA.

1. Das ambiguidades do Programa à institucionalização do MFA

O 25 de Abril foi levado a cabo por um movimento estritamente militar, sem a interferência de partidos ou organizações políticas. A necessidade de clarificar o sentido político e os objectivos do Movimento levaram, no entanto, à preparação de um documento-programa que seria revelado ao país na madrugada de 26 e que acabará por se transformar no texto fundador da nova ordem saída do golpe de estado.

O Programa do MFA esclarece, antes de mais, que o objectivo prioritário do MFA é a «*instauração, a curto prazo, duma Democracia Política*». E, de seguida, estabelece quais as coordenadas do processo de transformação a levar a cabo: desmantelamento imediato dos organismos e instituições do regime deposto; amnistia imediata de todos os presos políticos «salvo os culpados de delitos comuns»; convocação, «no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto»; restabelecimento das liberdades fundamentais; lançamento dos «fundamentos duma nova política económica, posta ao serviço do Povo português» e de urna «nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivos a defesa dos interesses da classe trabalhadora e o aumento, progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida dos Portugueses» e, finalmente, determina o «lançamento de uma política ultramarina que conduza à paz»¹.

No que diz respeito aos novos centros do poder, estabelecia-se a constituição de urna Junta de Salvação Nacional (JSN), a quem é atribuído o «exercício do poder político» até à formação de um Governo Provisório Civil. A presidência da República, por seu lado, seria ocupada pelo presidente da JSN. O MFA delegava assim o poder, que conquistara pela força das armas, e determinava quem garantiria a gestão do processo até à realização

¹ Não podemos deixar de referir que o Programa apresentado ao país resulta de um longo processo negocia!, culminando, na própria noite do golpe, na dura discussão entre os *capitães* e alguns elementos da recém designada JSN. As alterações mais profundas foram introduzidas pelo general António de Spínola que, entre outras coisas, impôs a cláusula que exclui da amnistia os presos políticos que tivessem praticado delitos comuns (2.3) e banuiu a que determinava o reconhecimento "*do direito dos povos à autodeterminação*" (8.1.3).

de eleições. Estamos, como observa Jorge de Miranda, perante um texto político «carregado de sentido jurídico» que o triunfo do golpe de estado transforma em «acto constitucional do Estado» (Miranda, 1978: 44-5).

O Programa apresenta, no entanto, um projecto político mínimo, limitando-se a estabelecer as linhas mestras do processo. Muitas questões são deixadas em aberto. Esta ambiguidade terá pesadas consequências, tanto mais que era impossível nesse momento prever a intensidade da explosão social, a desagregação da cadeia hierárquica de comando tradicional nas Forças Armadas e, sobretudo, as ferozes lutas pelo poder a que se assistirão. O Programa do MFA é, em última análise, pioneiro da ambiguidade que caracterizará o processo revolucionário português. E as "armadilhas" desta ambiguidade cedo se começarão sentir, em episódios de consequências inesperadas para o rumo da Revolução.

Veja-se, a título de exemplo, a tensão gerada em torno da Lei 3/74 de 14 de Maio que estabelece a nova ordem constitucional provisória. Publicada pelo presidente da JSN, António de Spínola, com o intuito de clarificar alguns dos pontos deixados em aberto pelo Programa, a Lei 3/74 determina a existência de 6 órgãos de soberania – Assembleia Constituinte, Presidente da República, JSN, Conselho de Estado, Governo Provisório e tribunais —, atribuindo-lhes competências próprias. Ao MFA, representado pela sua Comissão Coordenadora, apenas é garantida uma presença no Conselho de Estado (que além dos 7 membros da Coordenadora integra os elementos da JSN e 7 «personalidades de reconhecido mérito») a designar pelo Presidente da República), a quem era, além do mais, outorgada uma das missões de que o MFA se arrogava: o controlo do cumprimento do Programa do MFA.

O MFA vai responder à subalternização e esvaziamento de poderes a que foi vetado, constituindo-se em centro de poder autónomo, através da recriação da Comissão Coordenadora do Programa. Mas esta iniciativa acaba por agravar o problema, contribuindo decisivamente para a pulverização de centros de poder. A crescente ambiguidade do processo leva a que muitos se interroguem acerca dos objectivos da *Revolução*:

«[...] o 25 de Abril foi um Golpe de Estado Militar ou uma Revolução Social? Os militares que o fizeram queriam uma renovação do regime sem ruptura do sistema ou pretendiam a substituição deste? As forças populares que apoiaram as Forças Armadas têm poder para obviar a uma solução política que estas garantam ou pretendam ver triunfar? Passado um mês sobre o período da euforia, é chegada a altura dos analistas políticos estudarem muito atentamente o jogo de forças em Portugal.» (*Expresso*, 8/6/74)

Este «jogo de forças», cedo terá nova manifestação naquele que ficará conhecido como o 'Golpe Palma Carlos'.

Apesar do Programa ser bastante claro no que diz respeito às eleições para a Assembleia Constituinte e aos poderes do Presidente da República, António de Spínola tenta alterar as suas determinações propondo um adiamento dessas eleições e a aprovação em referendo uma Constituição provisória (que seria no fundo a substituta do Programa do MFA). O pro-

documento elaborado em conjunto por representantes dos *Nove* e Otelio Saraiva de Carvalho – acabam por não obter a adesão da grande maioria dos oficiais copconistas. O golpe final será dado pela recusa do próprio Fabião de encabeçar o novo executivo. Mesmo assim, o peso da heterogénea corrente anti-gonçalvista era já esmagador.

A 29 de Agosto, depois de longos debates, e múltiplas reuniões político-militares, é divulgado um comunicado da presidência da República onde se anuncia a substituição de Vasco Gonçalves e a reestruturação do CR «na Assembleia do MFA, a realizar no dia 5 de Setembro de 1975» (*Diário de Lisboa*, 30/8/75). A clarificação operada nessa Assembleia, traduzida na perda de importância dos sectores gonçalvistas e num reforço das posições de *moderados* e *copconistas* no CR, foi significativa mas não suficiente. De Setembro a Novembro de 1975 a tensão adensa-se culminando, como é sabido, no *25 de Novembro*. Só a partir de então, com o triunfo dos *moderados* e a consequente derrota das restantes facções do MFA, a clarificação se completa e se torna possível criar condições para iniciar a normalização democrática. Mas mais importante que, neste momento, analisar esse longo processo é fazer um balanço acerca do significado e peso dessa «epidemia de planos» que assolou o país no Verão de 75.

Em primeiro lugar não podemos deixar de referir que esses planos são o sinal concreto das profundas divisões existentes no seio do MFA. Se é verdade que, desde o início, e sobretudo a partir de Outubro de 1974, é visível a existência de facções no Movimento, será sobretudo a partir da apresentação dos diferentes 'planos' que as diferenças se tornam inequívocas.

Ainda que não tenhamos analisado esse aspecto do problema, não podemos deixar de observar que a 'guerra de documentos', como o próprio *Documento dos Nove* o afirma, permite também detectar o crescente poder dos partidos e movimentos políticos sobre alguns sectores do MFA.

Finalmente, refira-se que a guerra de documentos foi a forma de, mais uma vez, fazer prevalecer a «legitimidade revolucionária» sobre a eleitoral garantindo ao MFA a liderança do processo revolucionário em curso.

Bibliografia

- CHARAIS, Manuel Ribeiro Franco, 2002, *O acaso e a história*, Lisboa, Ancora
- CRUZEIRO, Maria Manuela, 1998, *Costa Gomes, o último Marechal*, Lisboa, Notícias Editorial
- GONÇALVES, Vasco, 1976, *Discursos, conferências de imprensa, entrevistas*, Lisboa, s.e.
- MIRANDA, Jorge de, 1978, *A Constituição de 1976, Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais*, Lisboa, Petrony
- NEVES, Orlando, 1975, *A Revolução em Ruptura. Textos Históricos da Revolução II*, Lisboa, Diábril

O BOLETIM DO MFA E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS (SETEMBRO 1974 — AGOSTO 1975)

Ivo Lima da Veiga*

Introdução

No decorrer do processo revolucionário desencadeado pelo *golpe de estado* de 25 de Abril de 1974 alteraram-se importantes variáveis da política, sociedade e economia portuguesa, suscitando múltiplas transformações com efeitos duradouros. A crise do Estado e a decomposição das estruturas militares possibilitaram o aparecimento de novas configurações, ainda que temporárias, no seio destas esferas.

Neste contexto, caracterizado pelo papel activo dos militares na luta política de então, surgiu a 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas (Junho 1974-Agosto 1975). A orgânica da 5.ª Divisão incluía o Centro de Esclarecimento e Informação Pública, de complexa estruturação, responsável por diversas iniciativas e competências, nomeadamente a publicação do Boletim do MFA *Movimento*.

O presente trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão do posicionamento político dos centros de poder militar com voz no boletim do MFA, captando as suas propostas e os seus fraccionamentos, através de uma leitura do *Movimento* à luz da dinâmica própria do processo revolucionário.

Uma das maiores dificuldades com que nos deparamos no nosso objecto de estudo relaciona-se com questões de ordem semântica; a polissemia das palavras chega a ser referida no próprio boletim. Por isso, ao invés de privilegiarmos uma perspectiva que adoptasse uma *análise de conteúdo* de processos técnicos precisos, optámos — também pela natureza deste trabalho, que não pretende ser um estudo exaustivo do *Movimento* —, por uma análise interpretativa que privilegia a contextualização do boletim nas conjunturas e tempos fortes do processo revolucionário. Com isto não queremos afirmar que se invalidou o recurso a uma qualquer categorização, mas, apenas, que os temas analisados decorrem da sua importância con-

* Mestrado de História do Século XX, FCSH-UNL. Bolseiro da FCT.

textual e não de uma análise quantitativa — somente exequível num projecto mais alargado.

A 5.^a Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas. Atribuições

A criação e organização da 5.a Divisão em Junho de 1974, por iniciativa do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Francisco da Costa Gomes, procurava perfazer um conjunto de funções, entre as quais salientamos as que se relacionam mais directamente com o objecto deste trabalho: «c) orientar e superintender o Serviço de Informação Pública das Forças Armadas e outros órgãos que estejam à sua disposição; d) promover acções de informação com vista à: consciencialização dos elementos das Forças Armadas em ordem ao cumprimento das missões que a nação lhes confie; à criação de uma imagem favorável das Forças Armadas na opinião pública nacional; e à aceitação e apoio pela população das actividades de âmbito da defesa nacional ou de operações militares específicas» (*Livro Branco...*, 1984:24). É de assinalar que ao remeter-se para esta directiva do Estado-Maior General das Forças Armadas, o primeiro número do boletim *Movimento* orbitou as funções acima citadas — e as que não o foram —, em torno do sacrossanto Programa do MFA, o que não sucedia no original (*Movimento*, n.º 1, 9 de Setembro de 1974:2). Refira-se, a este propósito, que desde a criação da 5.a Divisão a Comissão Coordenadora do MFA esteve associada a esta; aliás, o seu primeiro chefe foi o então coronel Vasco Gonçalves. A estes pontos voltaremos mais à frente. Para já importa reter que o boletim do MFA surge sob a direcção da Comissão Coordenadora do Programa, e ligada ao futuro Centro de Esclarecimento e Informação Pública da 5.a Divisão.

Caracterização do *Movimento*

De um ponto de vista da Sociologia da Comunicação, o boletim do MFA *Movimento*, releva-se, desde logo, pela sua singularidade. Precisemos, a este propósito, e brevemente, no quadro de uma tipologia de Sociologia Accionista da Comunicação (Baile, 1998) quais os seus contornos e características. No que se refere às formas de comunicação, os dois primeiros números inserem-se num «intercâmbio confraternal», no qual uma colectividade instituída se endereça «aos seus membros através de um órgão de expressão que lhes é reservado» (Baile, 1998:540) — isto mesmo vem inscrito numa nota de redacção no segundo número, onde se pode ler «que numa fase inicial visaria somente as Forças Armadas sendo portanto a sua distribuição feita apenas nas Unidades e Serviços dos três ramos e Forças Militarizadas» (*Movimento*, n.º 2, 3 de Outubro de 1974:1). A essa modalidade de comunicação sucede, ou melhor sobrepõe-se, a partir do terceiro número do boletim, uma outra, a de «propagação de uma causa», já não caracterizada por uma «audiência fechada» mas sim «semi-fecha-

das», em que as mensagens seleccionadas para sustentar uma causa de uma -detrinada confraria «são propostas a uma audiência de profanos, na esperança de chamar a atenção do maior número possível» (Baile 1998:541). De facto, a partir do terceiro número foi decidido vender-se o *Movimento* em todo o país, bem como em núcleos portugueses espalhados pelo mundo, e continuando a distribuição grátis aos militares. A distribuição civil ficou, a partir de então, entregue ao jornal *O Século*, que era também responsável pela distribuição nas unidades da Força Aérea e Exército, enquanto a Marinha se responsabilizava pela distribuição nas suas unidades (*Livro Branco...*, 1984:178). Embora nos seja difícil abordar a questão da difusão nacional e internacional do periódico, devido à falta de documentação, temos, todavia, para a parte militar, indicações de que havia dificuldades de penetração em diversas unidades (*Livro Branco...*, 1984:189).

As tiragens iniciaram-se nos 40000 exemplares, tendo aumentado para os 100000 no terceiro número, fixando-se depois nos 130000 exemplares. Segundo responsáveis da 5ª Divisão, a venda ao público chegou a atingir os 75000 exemplares, ainda que por pouco tempo, prosseguindo-se, no entanto, a sua divulgação entre as comissões de moradores, de aldeia e de trabalhadores e mesmo nas escolas primárias e postos escolares, nos quais a distribuição cabia à Direcção-Geral de Ensino Básico (*Livro Branco...*, 1984:190).

Mas importa mencionar outro facto que também envolveu um alargamento da audiência: o boletim passou a ser citado e referido nas publicações de massa. A partir desse momento um vasto conjunto da população passou a ter acesso ainda que parcial - ao boletim, com as suas mensagens, imagens e ideologia. Dos jornais de grande tiragem consultados, *Diário de Notícias*, *Expresso*, *Diário de Lisboa* e *República*, todos fizeram referência ao Boletim, variando a frequência consoante os períodos e as orientações dos diversos jornais¹.

Os jornais mencionados noticiaram o aparecimento do *Movimento*, tal como aconteceu no Telejornal da RTP de 18 de Setembro. É difícil determinar uma tipificação para essas referências mas, não obstante, algumas considerações podem ser avançadas: constata-se, na maior parte dos casos, que os artigos são reproduzidos, muitas vezes na sua totalidade, sem qualquer comentário ou avaliação, como se os seus conteúdos «puros» apenas necessitassem de ser derramados sobre os potenciais leitores. Por outro lado, dos jornais referidos, o conotado mais à direita do espectro político - *O Expresso* - era o que dava menor destaque ao *Boletim* ao longo da sua publicação; o *República*, embora na maior parte do período em análise acompanhasse a saída dos números do boletim, referia-o de uma forma irregular, reprovando-o em Maio; o *Diário de Lisboa*, apenas não cita dois números e as transcrições surgem algumas vezes na primeira página; o

¹Todas as referências e citações do *Movimento* nos jornais assinalados encontram-se no anexo.

II. Imprensa

Avante, 1974-1975 *Diário de*

Lisboa, 1974-1975

Diário de Notícias, 1974-1975

Expresso, 1974-1975

Movimento, boletim informativo das Forças Armadas (24 números — Setembro 1974-Agosto 1975)

III. Estudos e Bibliografia

ALMEIDA, Dinis de, s.d., *Ascensão, apogeu e queda do MFA*, Lisboa, Ed. Sociais

AMARAL, Diogo Freitas do, 1996, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand

AVILLEZ, Maria João, 1996, *Soares. Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público

BAILE, Francis, 1998, "Comunicação", *Tratado de Sociologia*, coordenado por Raymond Boudon, Lisboa, Asa

CARRILHO, Maria, 1994, *Democracia e defesa: sociedade, política e Forças Armadas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

CERVELLÓ, Josep Sánchez, 1994, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Círculo de Leitores

CORREIA, Ramiro; Soldado, Pedro; Marujo, João, s.d., *MFA e luta de classes*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro

CORREIA, Ramiro; Soldado, Pedro; Marujo, João, s.d., *Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro

FERREIRA, José Medeiros, 1994, "Portugal em Transe", *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores

FIGES, Orlando; Kolonitskii, 1999, *Interpreting the Russian Revolution. The Language and Symbols of 1917*, New Haven and London, Yale University Press

GASPAR, Carlos; RATO, Vasco, 1992, *Rumo á memória. Crónicas da Crise Comunista*, Lisboa, Quetzal Editores

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred, 1996, *Problems of Democratic Transition and Consolidation*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press

MAXWELL, Kenneth, 1998, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, 1988, *Formas de "censura oculta" na imprensa escrita em Portugal no pós 25 de Abril (1974-1987)*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa

PINTO, António Costa, 1999, «Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia, 1974-1976», *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)* I I Curso Livre de História Contemporânea: coord. de Fernando Rosas, Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998, Fundação Mário Soares/I.H.C. — F.C.S.H., Edições Colibri, 3233

REIS, António, 1996, "A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização", in *Portugal Contemporâneo*, direcção de António Reis, Vol. VI, Lisboa, Publicações Alfa

Anexo

REFERÊNCIAS OU CITAÇÕES DO BOLETIM DO MFA — *MOVIMENTO* — NA IMPRENSA (SELECÇÃO)

AVANTE

Data	Página
1 de Novembro de 1974	5
22 de Novembro de 1974	9
16 de Janeiro de 1975	4
30 de Janeiro de 1975	8
27 de Fevereiro de 1975	9
6 de Março de 1975	7
27 de Março de 1975	8
24 de Abril de 1975	7
8 de Maio de 1975	10
22 de Maio de 1975	10
5 de Junho de 1975	10
19 de Junho de 1975	10

DIÁRIO DE LISBOA

Data	Página
19 de Setembro de 1974	1
21 de Setembro de 1974	10
9 de Outubro de 1974	4
29 de Outubro de 1974	2
11 de Novembro de 1974	1, 24
12 de Novembro de 1974	2,10
14 de Novembro de 1974	2
27 de Novembro de 1974	2
9 de Dezembro de 1974	14
19 de Dezembro de 1974	1
21 de Dezembro de 1974	2
26 de Dezembro de 1974	24
17 de Janeiro de 1975	17
28 de Janeiro de 1975	2
3 de Fevereiro de 1975	7

O CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1974

*Luís Nuno Rodrigues**

Introdução

O presente artigo tem como objectivo analisar o modo como o Congresso dos Estados Unidos — tanto o Senado como a Câmara dos Representantes — acompanhou a evolução política em Portugal desde o movimento militar de 25 de Abril de 1974 até ao fim do "gonçalvismo", ou seja, até á queda do quinto governo provisório, o último liderado por Vasco Gonçalves, em Setembro de 1975¹. Este objectivo corresponde, na verdade, a uma dupla intenção: por um lado, perceber como os acontecimentos que se desenrolavam em Portugal eram "recebidos" e analisados num dos "palcos" primordiais da actividade política norte-americana; por outro, no contexto da política externa dos Estados Unidos em meados da década de 70 do século XX, entender algumas das diferentes estratégias que foram sendo formuladas nos Estados Unidos para reagir aos eventos em Portugal.

Assim, serão analisadas com algum pormenor as intervenções feitas por diversos congressistas norte-americanos durante os meses em estudo. Estas intervenções permitem-nos compreender que as reacções dos eleitos americanos foram bastante diversas, consoante o seu posicionamento político e as suas inclinações ideológicas mas, sobretudo, consoante o momento da revolução portuguesa em que elas foram expressas. Correndo o risco de uma simplificação excessiva, pode dizer-se que a atitude dos congressistas norte-americanos encontrou correspondência na sua filiação partidária, com os democratas normalmente mais optimistas em relação ao curso dos acontecimentos em Portugal e os republicanos temendo um ver-

* Departamento de História e CE1-1CP — ISCTE

¹Este estudo constitui uma primeira aproximação ao tema das relações entre Portugal e os Estados Unidos durante o período 1974-1976, parte integrante do projecto de investigação *As Relações Políticas e Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos (1961-1976)*, desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa do ISCTE.

dadeiro "assalto ao poder" por parte das forças comunistas e a instauração de um regime semelhante aos que vigoravam na Europa de Leste. Por outro lado, em termos cronológicos, é possível detectar também vários momentos distintos, com a atitude mais receptiva aos acontecimentos em Portugal no segundo semestre de 1974 a dar lugar às primeiras preocupações nos meses iniciais de 1975 e ao receio generalizado de uma tomada do poder pelo Partido Comunista Português (PCP) a partir de Março de 1975. A divisão partidária e ideológica a que acima se faz referência correspondia também, como veremos, a duas posições distintas quanto à estratégia que os Estados Unidos deveriam adoptar para com Portugal; uma visão mais pessimista que considerava Portugal um "caso perdido", em relação ao qual os Estados Unidos nada poderiam fazer; uma visão mais positiva que preconizava o apoio significativo da administração norte-americana às forças que, em Portugal, se opunham ao avanço comunista.

O texto baseia-se, essencialmente, numa análise do chamado *Congressional Record*, ou seja, do registo diário das sessões da Câmara dos Representantes e do Senado. Durante o período considerado — desde o 25 de Abril de 1974 até Setembro de 1975 — as intervenções no Congresso norte-americano sobre a questão portuguesa foram muito frequentes, sobretudo em determinados períodos como o "Verão Quente" de 1975. No entanto, utilizam-se também algumas outras fontes consideradas pertinentes para o objecto de estudo. Desde logo, a imprensa. Afirme-se, em abono da verdade, que o próprio *Congressional Record* inclui, com frequência, transcrições dos artigos de imprensa mais pertinentes sobre os assuntos em debate, o que facilita em muito a tarefa dos investigadores. No caso de Portugal, por diversas vezes os congressistas norte-americanos solicitaram a inclusão no *Congressional Record* de artigos dos mais conceituados jornais norte-americanos, como o *The New York Times* ou o *The Washington Post*. Depois, ainda dentro das fontes impressas, recorreu-se à colectânea de documentos presidenciais, os chamados *Public Papers of the President*, bem como ao boletim do Departamento de Estado, onde se publicam também os documentos e as intervenções públicas mais significativas sobre os vários assuntos da política externa americana. De referir ainda a utilização de alguns — poucos — documentos existentes na Gerald R. Ford Library e obtidos através do chamado *Mandatory Review Request* que permite aos investigadores ter acesso à documentação desclassificada existente nas bibliotecas presidenciais norte-americanas. Por fim, a utilização de alguma bibliografia de enquadramento, com recurso a obras diversas, quer de História de Portugal, quer de História dos Estados Unidos.

Saliente-se também, nestas palavras introdutórias, que a análise das intervenções no Congresso nos permite sobretudo entender o modo como o poder legislativo americano acompanhou a situação em Portugal durante os meses que se seguiram à Revolução. Não se trata aqui, na verdade, de analisar o comportamento das administrações norte-americanas que ocuparam a Casa Branca durante este período — as administrações de Richard Nixon e de Gerald Ford — mas sim de entender o modo como esse comportamento

foi acompanhado por um Congresso que, na primeira metade da década de 1970, conheceu um período particularmente interventivo em termos da política externa norte-americana. O período em análise compreende as actividades de dois Congressos diferentes: o nonagésimo terceiro, que esteve reunido entre 1973 e 1975, e o nonagésimo quarto, reunido entre 1975 e 1977. Em ambos os casos, quer a Câmara dos Representantes, quer o Senado conheceram maiorias do Partido Democrata, por oposição às administrações Republicanas do período, lideradas por Richard Nixon e Geral Ford. Recorde-se que, entre 1973 e 1975, se sentaram no Senado 56 democratas contra 42 republicanos, enquanto que, entre 1975 e 1977, exerceram funções de Senador 60 democratas e 38 republicanos². Já na Câmara dos Representantes, a maioria democrata havia sido de 242 contra 192, entre 1973 e 1975, com essa vantagem a subir para 291 representantes democratas contra 144 republicanos, entre 1975 e 1977³. Ou seja, para todos os efeitos, o Congresso americano era a área preferencial de actuação política da oposição democrata às administrações republicanas do início dos anos 70 do século XX.

Mas não foi apenas a oposição partidária entre Congressos democratas e presidências republicanas que justificou o interesse do órgão legislativo pela questão portuguesa e pela política externa norte-americana em geral. A verdade é que o envolvimento norte-americano no Vietname tinha quebrado o consenso que se instalara em termos da política externa dos Estados Unidos ao longo das décadas de 50 e de 60 do século XX, sendo que o Congresso foi justamente uma das sedes do poder político onde o desfazer dessa unanimidade mais se fez sentir. Para alguns autores chegava ao fim a era da chamada "Presidência Imperial", abrindo-se um novo período em que todas as principais actuações ao nível da política externa eram alvo de um pormenorizado escrutínio por parte dos membros do Congresso, quer individualmente, quer através dos diversos comités especializados que acompanhavam as áreas mais importantes da governação norte-americana⁴. O caso de Portugal e do comportamento do governo dos Estados Unidos em relação aos acontecimentos políticos após o 25 de Abril de 1974 não foi excepção.

1. As reacções iniciais

Não se pode afirmar que o Congresso norte-americano ignorasse por completo a situação política em Portugal nas vésperas do 25 de Abril de 1974 ou tivesse em relação a ela uma atitude de mera complacência. Muito

² Dados retirados de http://www.senate.gov/pagelayout/history/one_item_and_teasers/partydiv.htm

³ Dados retirados de http://clerk.house.gov/histHigh/Congressional_History/partyDiv.php

⁴ Entre os muitos estudos sobre o papel do Congresso na formulação da política externa norte-americana saliente-se a síntese de James M. Lindsay, *Congress and the Politics of U.S Foreign Policy*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1994.

Portugal lutavam pela instauração de um regime democrático de tipo Ocidental foram um dos factores — certamente não o único — que acabou por levar a administração de Gerald Ford a abandonar uma atitude "pessimismo" por uma política mais interventiva em Portugal⁵⁶. Tanto o Departamento de Estado como o próprio Presidente deverão ter sido sensíveis aos frequentes apelos vindos do Congresso que, sabemos já com alguma certeza, não se materializavam apenas nas intervenções que constituem a base documental deste trabalho, mas também em cartas, relatórios e pedidos que muitos congressistas enviavam directamente ao Presidente, bem como em reuniões tidas entre o responsável máximo da nação norte-americana e diversos congressistas americanos. Por tudo isto, não será exagero concluir que o peso e a influência do Congresso terão tido uma importância decisiva na inflexão da política americana para com Portugal nos meses após a Revolução de 1974 e na decisão de apoiar indirectamente a instauração de um regime de democracia de tipo Ocidental em Portugal.

Bibliografia

- ANTUNES, José Freire, 1992, *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*, Lisboa, Difusão Cultural
- LINDSAY, James M., 1994, *Congress and the Politics of U.S. Foreign Policy*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press
- MAXWELL, Kenneth, 1999, *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença
- OLIVEIRA, Pedro Aires, 2001, "A Política Externa do Marcelismo: A Questão Africana", Fernando Martins (ed.), *Diplomacia & Guerra. Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Do Final da Monarquia ao Marcelismo*, Lisboa/Évora, Edições Colibri/CIDEHUS
- SANTOS, Boaventura Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; COIMBRA, Maria Natércia, 1997, *O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Edições Afrontamento e Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra
- TELO, António, 1999, "As relações internacionais da transição", J. M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias

⁵⁶ Ver a este respeito o recente estudo de Tiago Moreira de Sá, "Os Estados Unidos da América e a Transição para a Democracia em Portugal", em vias de publicação na revista *Política Internacional*.

ORDEN PÚBLICO Y MOVILIZACIÓN SOCIAL EN LA REVOLUCIÓN PORTUGUESA¹

*Diego Palacios Cerezales**

«Si mantener el orden es una política de derechas, todos los gobiernos del mundo, incluidos los de los países comunistas, son de derechas». Marcelo Caetano, 1973.

Varios analistas señalan que la población portuguesa es de las menos movilizadas políticamente de la OCDE. Lo era así durante la larga dictadura y lo siguió siendo una vez consolidado el actual régimen democrático (Braga da Cruz 1995). Sin embargo, durante los dos años que median entre el golpe de los capitanes (25 de Abril de 1974) y la estabilización constitucional, se produjo una serie inabarcable de movilizaciones populares. La generalización de formas de participación popular y de politización de las relaciones sociales fue uno de los rasgos más característicos del proceso de transición. Por una parte, resalta la cantidad de huelgas, manifestaciones, asambleas, piquetes, mítines, etc. Por otra, llaman la atención sus aspectos cualitativos: la aparición y difusión de formas organizativas innovadoras en los barrios y en las empresas y la adopción de repertorios de acción transgresores como la ocupación de casas, tierras y fábricas, el secuestro colectivo o la embrionaria impartición de formas de justicia popular (Mailer 1977; Downs 1988; Santos 1990; Hammond 1988).

El periodo 1974-1976, si se observan las formas de acción colectiva en él emprendidas, aparece como un momento singular, sin pasado inmediato ni continuación, en la historia de los movimientos populares portugueses. En la revolución portuguesa, como señalaba Fernando Rosas

¹ La investigación que sustenta este trabajo no habría sido posible sin el subsidio concedido por el servicio internacional la Fundación Calouste Gulbenkian (Lisboa), la acogida del *Instituto de Ciências Sociais* de la Universidad de Lisboa y la generosa orientación del profesor Manuel Villaverde Cabral.

* Mestre em Ciências Sociais pelo ICS de Lisboa. Doutorando na Universidade Complutense de Madrid com um projecto sobre as histórias das políticas de ordem pública em Portugal durante os séculos XIX e XX.

Publicação mais recente: *O Poder Caiu na Rua*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa

(2000), «todo parecía posible» para los movimientos populares². Por contraste, ya en 1981, Ben Pimlott (Graham *et alii* 1984) registraba la extrallegria que causaba pensar que, sólo cinco años antes, en las calles de Lisboa se hubiese vivido la ilusión y el temor de una revolución. La generalización de movilizaciones durante la transición política se presenta, así, como una anomalía. Investigar sus condiciones de posibilidad es el eje principal de este trabajo.

Partiendo de la premisa de que la radicalidad característica del ciclo de movilizaciones populares y la recurrencia de situaciones preinsurreccionales que caracterizaron como revolucionaria a la transición portuguesa han de explicarse atendiendo a lo que sucedió con el Estado (Durán Mutioz 1997; Palacios 2001), vamos a argumentar que lo que emergió fue un problema clásico de orden público: es decir, de capacidad por parte de los gobernantes de enfrentarse a multitudes movilizadas que amenacen la legalidad mediante un uso superior de medios violentos.

En general, la acción del Estado ante las multitudes movilizadas depende, por una parte, de sus *capacidades*, es decir, de que posea o no los medios suficientes para intervenir; por otra, de la *voluntad* de las autoridades; finalmente, dependerá de la *integración* institucional, de que las autoridades puedan movilizar las capacidades del Estado conforme a su voluntad. Como veremos, la ausencia de esta última propiedad, marca central de las crisis de Estado, tendrá un papel decisivo en el proceso revolucionario portugués. Para evaluar la *capacidad* hay que conocer la propia organización y distribución de los medios y los agentes encargados de hacer cumplir las disposiciones de los tres poderes del Estado, es decir, de convertirlas en *vinculantes*. En el lado de la *voluntad* hay que situar las disposiciones legales vigentes, los reconocimientos de libertades, los compromisos políticos de la élite dirigente y los componentes culturales que enmarcan su percepción del conflicto. Finalmente, al analizar la *integración* institucional hay que evaluar, sobre todo, la cohesión del bloque de poder, su *legitimidad* en los términos de Stinchcombe (1968): la probabilidad de que otros centros de poder acaten, respeten y respalden las decisiones de orden público gubernativas; de esta legitimidad dependerán esencialmente los *costes políticos* del ejercicio de la violencia pública, pero, sobre todo, la posibilidad de que los diferentes actores del sistema político puedan *antecipar probabilísticamente* los valores de sus recursos, las disposiciones del resto de actores relevantes y, con ello, las consecuencias de sus acciones.

Lo que *no* haremos será caracterizar políticamente a los gobiernos provisionales ni a sus estrategias encaminadas a lograr una gobernación efectiva. Como problema, lo enfrentaron del mismo modo el lergobierno provisional (I.º GP), el de Palma Carlos apoyado por el general Spínola, los

² Los interesados en los relatos de experiencias particulares del movimiento popular pueden consultar la recopilación de testimonios y recortes de prensa coordinada por Martins Rodrigues (Rodrigues, 1994) o la más reciente de Brinca y Baia (2000). Para una abrumadora inmersión en la efervescencia del primer mes: *Abril em Maio* (2001).

cuatro gobiernos progresivamente radicalizados de Vasco Gonçalves y el v.º GP, el de Pinheiro de Azevedo, aunque solo este último, con el apoyo de un Consejo de la Revolución moderado, consiguió resolverla. Como ejemplos de la desintegración, serialaremos que el II.º GP envió tropas para evitar la manifestación ilegal de los obreros de los Astilleros Lisnave, el pero los fusileros navales se negaron a arremeter contra ellos, y la 7ª manifestación tuvo lugar. Lo mismo sucedió cuando el III.º GP intentó impedir la provocadora manifestación contra la OTAN del 07-11-1975, pero ésta acabó pasando frente a la embajada de Estados Unidos en cuanto los soldados encargados de impedirlo saludaban a los manifestantes con el puño cerrado. El IV.º GP intentó que se desalojase a los ocupantes de *Radio Renascença*, pero las tropas del COPCON mostraron su solidaridad con los trabajadores. El V.º, por su parte, intentó frenar los asaltos anticomunistas del norte, pero la rebeldía de las unidades militares dejó que se produjesen los asaltos. Finalmente, el VI.º GP no logró que nadie reprimiese el asalto a la embajada de España, aunque posteriormente, como veremos, consiguió recuperar la autoridad sobre las fuerzas de orden público y restaurar la lógica procedimental en las actuaciones coercitivas.

El orden público antes y después del PREC

La anomalía representada por el PREC hace importante señalar que las particularidades del proceso contrastan, en muchos aspectos, tanto con la situación previa —el *Estado Novo* funcionando con relativa normalidad, aunque con dificultades para gestionar la contestación estudiantil, el aumento de las huelgas obreras y el rechazo a la guerra colonial— como con la democracia representativa en proceso de consolidación nacida en 1976. Por ello, aunque sin coincidir con quienes pretenden deslegitimar el régimen democrático por sus continuidades con la dictadura, consideramos que para comprender lo que pasó en el PREC hay que atender a los elementos de estructuración del Estado que ambos regímenes comparten, en tanto que Estados *articulados*, y que los diferenciar esencialmente del PREC — una situación de *crisis* política. La distinción entre *situaciones* de la articulación de la complejidad social rehabilita, siguiendo a Michel Dobry (1988), una perspectiva durkheimiana que nos invita a distinguir entre 'estados' o 'situaciones' *integrados* (*articulados, normales, rutinarios ...*) y 'estados' o 'situaciones' *críticos* (*desarticulados, desintegrados...*) de una misma sociedad.

Si analizamos el sistema de orden público portugués desde una perspectiva de largo plazo, lo primero que hay que destacar es que fue durante la dictadura cuando comenzó un cambio fundamental en las pautas de represión de las movilizaciones sociales: su desmilitarización.

Durante el Estado Novo, el sistema policial se consolidó como sistema dual, compuesto por un cuerpo civil —la Policía de Seguridad Pública (PSP)— y otro militar, pero operacionalmente dependiente del ministerio del interior: la Guardia Nacional Republicana (GNR). Junto a éstas actuaba la

proceso de movilización recoge y recompone elementos del *stock* de recursos culturales para elaborar nuevos marcos cognitivos (McAdam *et alii* 1999),

Del mismo modo, no nos parece que la desmovilización posterior al 25 de Novembro se explique satisfactoriamente por una *liberación y disipación* de las tensiones. Si analizamos el tipo de oportunidades que hicieron posible la generalización de movilizaciones sociales, nos encontramos que, entre la dictadura y la democracia que siguió al PREC, hay un elemento de continuidad fundamental, un Estado integrado, algo que no existió durante los dos años de proceso revolucionario. La desmovilización no se derivó de una disipación de las tensiones, sino del *cierre* de la extraordinaria estructura de oportunidades representada por la crisis de Estado y el desfundamiento de los mecanismos coercitivos.

Bibliografía

- ABRIL EM MAIO, 2001, "Maio'74 dia-a-dia. Tudo o que foi notícia em seus jornais diários", Lisboa, Abril em Maio/Editorial Teorema
- ALMEIDA, Dinis de, 1978, *Ascensão, apogeu e queda do Movimento das Forças Armadas*, 2 vol., Lisboa, Edición del autor
- AMARAL, Diogo Freitas do, 1995, *O Antigo regime e a revolução*, Lisboa Círculo de Leitores
- BANEGAS, Richard, 1993, "Les transitions démocratiques: mobilisations collectives et fluidité politique" *Cultures et conflits*. 12, 1993
- BERMEO, Nancy Gina, 1986, *The Revolution Within the Revolution, Workers Control in Rural Portugal*, Princeton: Princeton Univ. Press
- BRINCA, Pedro y BAÍA, Etelvina, 2000, *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal*, Setúbal, Setúbal na Rede
- BRUNEAU, Thomas, 1995, "From revolution to democracy in Portugal: the role and stages of provisional governments". En Linz & Shain (eds).
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1978, *Sans illusions ni préjugés, mouvement autogestionnaire au Portugal depuis 1974*. Proceedings, 3rd international colloquium, inter-university center of European Studies, Montreal
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1983, "A "Segunda República" portuguesa numa perspectiva histórica", En *Análise Social*, vol. XIX (75) 1983-1.º, pp. 137-142, Lisboa
- CHORLEY, Katherine, 1973 [1943], *Armies and the Art of Revolution*, Boston, Beacon Press
- CRUZ, Manuel Braga da, 1995, *Instituições Políticas e Processos Sociais*; Venda Nova, Bertrand
- DOBRY, Michel, 1988, *Sociologia de las crisis políticas*, Madrid, CIS/S.XXI
- DOMINGOS *et alii*, 1977, *A revolução num regimento*, Lisboa, Armazém das Letras
- DOWNS, Charles, 1988, *Revolution at the grassroots*, NY University Press

- DURAN MUNOZ, Rafael, 1997, *Acciones colectivas y transacciones a la democracia. España y Portugal 1974-1977*, Madrid, Fundación Juan March Tesis Doctorales
- ESP, 1994, *Reuniões, manifestações e greves*, Escola Superior de Polícia, Lisboa (sin dep. legal)
- FERREIRA, José Medeiros (coord.), 1992, *Portugal em transe (1974-1985)* Vol. 8 de José Mattoso (dir) *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- FREIRE, Dulce, 1996, "Greves rurais e agitação camponesa" en Rosas y Brito (1996)
- GÓMEZ FORTES, Braulio, 2002, "De la revolución a la democracia representativa" En *Historia y Política*, n.º 7 (2002/1).
- GRAHAM, L.S. y MAKLER, ed., 1984, *In Search Of Modern Portugal* Wisconsin University Press.
- HAMMOND, John L., 1988, *Building Popular Power, Workers and Neighborhood Commissions in The Portuguese Revolution*, New York, Monthly Review Press
- LINZ Juan J., y SHAIN, Yossi, 1995, *Between States: interim governments and democratic transitions*, Cambridge University Press.
- LINZ., Juan J., 1987, *La quiebra de las democracias*, Madrid, Alianza
- LUHMANN, Niklas, 1982, *The differentiation of Society*. Columbia University Press
- LUHMANN, Niklas, 1995, *Poder*, Universidad Iberoamericana, México DF.
- McADAM, McCARTHY y ZALD (eds.), 1999, *Movimientos Sociales, perspectivas comparadas*, Madrid, Istmo
- MAILER, Phil, 1977, *Portugal, the impossible revolution?*, Londres, Solidarity
- MANUEL, Paul Christopher, 1995, *Uncertain Outcome, the Politics of the Portuguese Transition to Democracy*, Lahman M.D, University Press of America.
- MAXWELL, Kenneth, 1995, *The Making Of Portuguese Democracy*. Cambridge University Press
- MOTA, Gomes, 1976, *A Resistência. Subsídios para a compreensão do Verão quente de 1975*, Lisboa, Ed. Expresso
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe y WHITEHEAD, Lawrence (eds.) 1986, *Transitions from authoritarian rule*, 4 vol, The John Hopkins University Press
- PALACIOS, Diego, 2001, *Crisis de Estado y acciones colectivas en la Revolución portuguesa*. Tesis de Maestría (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- PALACIOS, Diego, 2002, "Reacción popular violenta y Estado revolucionario. El verano caliente portugués de 1975", *Historia y Política* n.º 7 (2002/1), pp. 211-348.
- PALACIOS, Diego, 2003, "Confrontación, violencia política y democratización. Portugal 1975" en *Política y Sociedad*, en prensa.
- PINTO, António Costa, 1998, "Dealing with the legacy of the authoritarianism: political purges and radical right movements in Portugal's transition to democracy 1974-1980" en Larsen (ed) *Modern Europe After Fascism*

- PORTA, Donatelia della, 1995, *Social Movements, Political Violence, and the State*. Cambridge University Press
- REZOLA, Inácia, 2002, "Del Movimiento de los Capitanes al Consejo de la Revolución" en *Historia y Política*, n.º 7
- RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário y CARDOSO, Mário, 1979, *Abril nos quartéis de Novembro*, Lisboa, Bertrand
- RODRIGUES, Francisco Martins (coord.), 1994 *O futuro era agora. O movimento popular de 25 de Abril*, Lisboa, Ed. Dinossauro
- RODRIGUES, Luis Nuno, 1996, "A Legião Portuguesa" En Rosas y Brito (1996)
- ROSAS, Fernando, 2000, "Do golpe de Estado à Revolução". Comunicación oral presentada en el curso "A Europa do Sul e os processos de transição para a democracia no pós guerra". Cursos de Verano de la Arrábida.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1999, *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Edições Colibri
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1993, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola*, Lisboa, Assírio e Alvim
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, 1999, *O Estado e a Ordem Pública*, Lisboa, ISCSP
- SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela e COIMBRA, Maria Natércia, 1997, *O Pulsar da Revolução, cronologia da revolução do 25 de Abril*, Afrontamento/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1990 *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento
- SCHELLING, Thomas C., 1960, *The Strategy of Conflict*, Oxford University Press.
- SCHMITTER, Philippe C., 1999, "The democratization of Portugal in comparative perspective". En *Rosas (coord.)* (1999)
- SPINOLA, António de, 1978, País sem rumo. Contributo para a história de uma revolução, Lisboa, SCIRE
- STINCHCOMBE, Arthur L., 1968, *Constructing Social Theories*, Nueva York, Harcourt, Brace & World
- TILLY, Charles, 1978, *From mobilization to revolution*, Nueva York, McGraw-Hill
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la; SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1992, *Portugal en el siglo XXI* La historia en sus textos, Madrid, Istmo

O CASO SOGANTAL: MEMÓRIAS DE UMA LUTA EMBLEMÁTICA

*Nadejda Tilhou**

A Sogantal, um emblema da revolução

Montijo, Agosto de 1974: duas jornalistas, Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, deslocam-se à fábrica Sogantal, ocupada pelas suas quarenta e oito operárias desde o dia 12 de Junho. A reportagem deu lugar a um filme, *O caso Sogantal*, difundido na Rádio Televisão Portuguesa no âmbito do programa "Em nome da mulher"¹.

De uma luta em muito semelhante a outras que abalaram então o mundo fabril em Portugal, o caso Sogantal, porém, acabou por ganhar proporções invulgares. Nesta empresa de confecção de vestuário, de capital francês, o processo começou, como em todas as lutas do "movimento grevista de Maio", pela apresentação de um caderno reivindicativo (a 20 de Maio) a uma direcção pouco disposta a negociar. Intensificou-se com uma baixa de produção, mas as negociações com o Ministério do Trabalho com a ajuda do Sindicato ficaram no impasse, e no dia 12 de Junho a administração abandonou a fábrica. *Lock-out*, ocupação para impedir que sejam levados trabalho e maquinaria, venda da produção para pagar os salários em atraso e manter a actividade até resolução do conflito, foram as formas de acção então encontradas pelas trabalhadoras.

Em Agosto de 1974, o patrão francês, acompanhado por meia dúzia de homens, tenta retomar a fábrica, então vigiada somente por um guarda, e retirar o material. A operação transforma-se num fracasso estrondoso: depois de o alerta ter sido dado por uma operária, o conflito envolve parte da população local que, nesse fim-de-semana de romaria à Nossa Senhora da Atalaia, passa ao pé da fábrica e junta-se à multidão furiosa. A entidade patronal e os seus "mercenários" saem dos escritórios em que se barrica-

* Doutoranda em Antropologia (École des Hautes Études en Sciences Sociales e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.)

¹ Este programa, que foi difundido na RTP durante o PREC, apresentava vários casos de lutas e retratos de mulheres portuguesas, por todo o país, numa série de filmes de 45 minutos.

ram com a intervenção de uma unidade do COPCON. Pierre Lardat, PDG da Lamont, desiste dos seus intentos de 'restabelecimento da ordem' e regressa a França. O conflito é amplamente noticiado, na imprensa nacional e regional. Torna-se numa luta emblemática.

A partir daí, o processo Sogantal entrou na fase da autogestão. Caiu também na sombra: só em 1975 é referida, por dois órgãos de imprensa², uma "festa da Sogantal" que ocorreu na Praça de Touros, no Montijo. As operárias da Sogantal estavam então ainda em luta. Após essa data nada se sabe do seguimento da luta.

O acontecimento como objecto de estudo

Esta é, muito resumida, a 'história da Sogantal' que podemos reconstituir, hoje em dia, a partir do *corpus* documental contemporâneo do próprio acontecimento. Por isso, o "objecto Sogantal" chega-nos já construído, principalmente através de uma linguagem política (que participa de um mito político) — e a sua visibilidade é portanto fragilizada pela desvalorização, 30 anos depois, desta retórica revolucionária.

Mas se o caso Sogantal foi apresentado, no seu tempo, como um paradigma revolucionário, foi provavelmente porque concentrava algumas características do movimento popular do pós-Abril: as mulheres saírem para a rua; os actores das lutas serem, no seu conjunto, muito novos, sem formação ou experiência política prévia; a mão-de-obra intensivamente explorada pelas grandes empresas de capitais estrangeiros protestar contra as condições que lhe são impostas; a esperança partilhada entre milhares de portugueses na mudança das condições de trabalho, das condições de vida; enfim, o facto de esta "explosão" ter um carácter imprevisto e imprevisível. Seguindo Boaventura de Sousa Santos, coloca-se a hipótese de que, longe do debate manipulação/espontaneidade, o movimento reivindicativo deve ser encarado na sua dimensão de acontecimento, definido pela dimensão de ruptura: *'rupture d'intelligibilité'* entre um 'antes' e um 'depois' (Bensa, Fassin, 2002). Supomos que o caso Sogantal foi um *micro-acontecimento*: uma experiência de ruptura social, de transgressão de regras que regiam, antes do 25 de Abril, as suas vidas, nos diferentes espaços onde estas decorriam: a fábrica (relações hierárquicas), mas também a "casa" (relações familiares) e o meio envolvente (relações de proximidade).

Ao lado da escassa inscrição do acontecimento na historiografia de Portugal, existe uma memória cujo suporte é constituído por um grupo específico unido pela mesma experiência de luta: as operárias, e os actores envolvidos em redor. Buscar e descrever os contornos dessa memória colectiva (Halbwachs, 1950) — a sua construção, obliteração e transmissão — permite uma aproximação à dimensão de acontecimento da experiência. A

² *Diário de Notícias* (27 e 30 de Agosto) e *Esquerda Socialista*, órgão de imprensa do Movimento da Esquerda Socialista (MES), (4 de Setembro)

partir da recolha das narrativas relativas ao processo e aos percursos individuais decorrentes, foca-se o interesse sobre as vivências da luta, o seu lugar no percurso e a sua avaliação no presente faz com que surjam aspectos negligenciados, silenciados ou esquecidos pelo discurso mediático e ideológico. Este nível da restituição das práticas dos actores sociais (Cf. Godinho, 2000) é indissociável da contínua reelaboração do discurso, nas circunstâncias em que é proferido. Por isso, a significação do acontecimento aparece entre a fala e o silêncio, entre o esquecimento ou o recalçamento, no jogo de um confronto contínuo entre o passado e o presente, entre os documentos e a memória oral dos actores.

Procurar a memória da luta insere-se no contexto da inscrição da memória colectiva da revolução: se o 25 de Abril, enquanto símbolo do "chegar da democracia" e da nova sociedade portuguesa, continua a ser comemorado todos os anos, a memória do papel das "massas anónimas", e entre elas, da sua vertente feminina, é uma memória marginalizada quando não ocultada³. De luta 'emblemática' publicitada durante o PREC, o caso Sogantal passou a ter uma visibilidade mínima na historiografia da revolução⁴. A tradução desse desaparecimento é a impossibilidade de saber, através dos arquivos, o que fora o porvir da luta e da fábrica. É, hoje em dia, a invisibilidade social de muitos actores anónimos do PREC.

Trinta anos depois

A Sogantal é hoje um restaurante, o "Forno Real". À beira da estrada da Atalaia, nos arredores do Montijo, o antigo edifício é imediatamente identificável apesar da sua nova utilização. Ao fundo, a chaminé é testemunha da antiga fábrica de cortiça, actividade anterior à de confecção. A estrutura da fábrica manteve-se tal e qual; onde se trabalhava, comem hoje os clientes do "Forno Real". Assinalado por escudos evocando um passado medieval, o restaurante é enfeitado por pesadas cortinas de veludo roxo, madeiras escuras, janelas à maneira de vitrais e uma lareira de palacete. O "Forno Real" traz-nos vestígios de um mundo industrial, um exotismo histórico dando uma representação de riqueza que se harmoniza com os preços aí em vigor⁵.

³ "O PREC tornou-se, a pouco e pouco, num trauma silencioso, de que convém não falar, sendo mais aconselhável "pintar-se" o 25 de Abril com uma imagem consensual e cor-de-rosa". Silva, 2001.

⁴ Nos livros mais recentemente editados, vem referido na cronologia editada pelo Centro de Documentação do 25 de Abril, no livro-catálogo da exposição sobre o Movimento operário na década de 1970 (Museu da República e da Resistência), e também no livro editado por Pedro Brinca e Etelvina Baía sobre as memórias da revolução no distrito de Setúbal. Se fizermos uma pesquisa na Internet, encontramos umas quatro ocorrências da palavra "Sogantal".

⁵ O Forno Real faz parte destes restaurantes que se encontram nos bairros periféricos do Montijo que oferecem a uma clientela abastada, à hora do almoço, uma mesa cómoda para

mento dos postos de trabalho; e os 'filhos e filhas de Abril' permanecem na ignorância desse "outro mundo" em que se desenvolveram as tais lutas.

De certo modo, para a maioria dos actores, faltou a conclusão certa para uma experiência única: a de tomar em mão o seu próprio destino. E como se ficasse alguma coisa por acabar, mas num mundo que tem um "horizonte de expectativas" radicalmente diferentes. Assim, o que foi então experimentado e aprendido ainda fica por transmitir às gerações seguintes.

Bibliografia

Biblio-filmografia sobre o caso Sogantal

- BRINCA, Pedro; BAÍA, Etelvina, 2001, *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal 25 anos depois*, Setúbal, Setúbal na rede
- MAILER, Phil, 1977, *Portugal — A impossible revolution?*
- PALLA, Maria Antónia, *Só acontece aos outros*, Lisboa, Bertrand
- O Caso Sogantal*, arquivos RTP, 1974
- REEVE, Charles et all., 1975, *Portugal, l'autre combat*, Spartacus
- RODRIGUES, Francisco Martins (coord.), 1994, *O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril*, Lisboa, Dinossauro

Bibliografia geral

- AA VV, 1997, "Movimentos sociais", *Arquivos da memória*, Centro de Etnologia Portuguesa, Lisboa
- AUGE, Marc, 1994, *Pour une anthropologie des mondes contemporains*, Paris, Aubier (Champs Flammarion)
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel, 1999, *Retour sur la condition ouvrière, enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*, Paris, Fayard
- BOURDIEU, Pierre, 1998, *La domination masculine*, Paris, Le Seuil
- 1965, *Un art moyen, essai sur les usages sociaux de la photographie*, Paris, Minuit
- BENSA, Alban; FASSIN, Eric, 2002, "Les sciences sociales face à l'événement", *Terrain*, n.º 38, Março.2002
- CENTLIVRES, Pierre, et all, 1999, *La fabrique des héros*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme
- CRUZ, Maria Alfreda, 1973, *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço*, Montijo, Imprensa da Gazeta do Sul
- DORAY, Bernard, 1981, *Le Taylorisme, une folie rationnelle*, Paris, Dunod
- DURÃO, Susana, 1999, "A antropologia, o trabalho e os poderes. Reflexões a partir de um caso em tipografias de Lisboa." *Etnologia*, n.º 911
- GODINHO, Paula, 2000, *Memórias da resistência no Sul, Couço, 1958-1962*, Oeiras, Celta

- GOFFMAN, Erving, 1968, *Asiles*, Paris, Minuit
- MASCARENHAS, João Mário (coord.), 1997, *Movimento operário — a década de 70*, Catálogo da exposição, Biblioteca-Museu da República e da Resistência, Lisboa
- MATTOSO, José (dir), 1994, *História de Portugal: "Portugal em transe"* (8.º vol.), aut. José Madeiros Ferreira, Círculo de Leitores
- PATRIARCA, Fátima, 1999, "Que justiça social" *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976): I Curso livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri
- SILVA, Tiago Matos, 2002, *Pais de Abril, Filhos de Novembro, Memória do 25 de Abril*, Dinossauro
- SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; COIMBRA, Maria Natércia, 1997, *O Pulsar da Revolução, cronologia da revolução do 25 de Abril*, Afrontamento/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1994, "A crise do estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- TAVARES, Manuela, 1999, "Romper o cerco: o 25 de Abril e os movimentos de mulheres", *História*, ano 21, nova série, n.º 13 (Abril de 1999), 18:26
- VALENTE, José, 1994, "A explosão social", *História*, ano 16, nova série, n.º 1 (Outubro de 1994)
- WEBER, Florence, 1989, *Le travail à-côté. Etude d'ethnographie ouvrière*, Paris, INRAEHES
- ZONABEND, Françoise, 1980, *La mémoire longue*, Paris, PUF

DA DITADURA À DEMOCRACIA. CONTINUIDADES E MUDANÇAS NA POLÍTICA AGRÁRIA DURANTE O PREC¹

*Dulce Freire**

Durante o PREC, a agricultura e a sociedade rural recuperaram protagonismo nos debates acerca dos destinos do país. A bibliografia publicada nesses meses e nos seguintes, que é urna das expressões dos debates em curso, trata sobretudo dos aspectos revolucionários desse protagonismo. A maior parte dos estudos, que referem as medidas de política agrária aplicadas em Portugal depois da II Guerra Mundial, tomam 1974 como início ou como termo da cronologia que analisam. Quando abordam os anos posteriores à "Revolução dos Cravos", os autores tendem a colocar o enfoque nos elementos que demonstram as rupturas entre a ditadura e a democracia, centrando-se preferencialmente na reforma agrária no Sul e nas dinâmicas sociais e políticas que lhe estão subjacentes. Ainda que a legislação que enquadra a reforma agrária constitua uma das vertentes emblemáticas do Processo Revolucionário em Curso, o esclarecimento de diversas questões relacionadas com os percursos da agricultura e da sociedade rural deverá passar por uma análise do conjunto dos diplomas publicados nestes meses, e, também, dos que transitaram do Estado Novo e continuaram em vigor. Estas não são tarefas que possam ser levadas a cabo no âmbito deste artigo. Todavia, recorrendo a alguns dos textos que discutem, justificam e promulgam as medidas de política agrária, procura fazer-se uma primeira identificação de continuidades e mudanças da política sectorial na passagem de um regime político a outro. Fica fora dos objectivos do artigo quase tudo acerca da avaliação dos impactos dessas medidas no curso das actividades produtivas e comerciais associadas à agricultura, nos grupos sociais envolvidos nessas actividades, no contributo do sector primário

¹ Urna primeira versão deste texto — «From Dictatorship to Democracy. Continuity and change in portuguese agrarian policy» — foi apresentada no *IV European Social Science History Conferente* (International Institute of Social History), que decorreu em Haia (27-212-3 de 2002). Agradeço os comentários dos presentes na sessão, especialmente os de Lourenzo Fernández Prieto e de Hélder Adegar Fonseca.

* Doutoranda em História Económica e Social Contemporânea FCSH-UNL. Bolseira FCT (Programa POCTI). Investigadora do CEEP.

para o desenvolvimento económico do país². Começam por apresentar-se as ideias e os objectivos subjacentes às propostas discutidas durante o Estado Novo. Têm-se em conta os caminhos apontados tanto por membros das elites governativas como por membros de organizações, clandestinas e legais, da "sociedade civil". Depois, sistematizam-se as medidas publicadas durante o PREC em dois grandes grupos: num incluem-se as relativas às características e aos preços dos bens produzidos, no outro as que remetem para as condições de acesso à terra. Mais do que fazer uma análise exaustiva da legislação publicada, procura esclarecer-se como é que estes dois eixos de orientação das decisões governativas se conjugam para levar a agricultura a contribuir para a «batalha da produção» assumida por dirigentes políticos (Gonçalves, 1977).

1. Estado: conservar ou modernizar?

Nos anos que antecederam o golpe militar de 25 de Abril de 1974, parecia óbvio tanto para os que defendiam o Estado Novo, como para os que militavam ou se identificavam com as organizações de oposição, que a agricultura portuguesa estava atrasada e que era uma actividade pouco rentável. A retórica da crise da agricultura tornara-se há muito parte do senso comum e muitos documentos enunciam-na dispensando a apresentação de provas. Em outros casos a situação é amplamente avaliada e discutem-se as soluções possíveis.

Não é difícil encontrar alguns desses argumentos na longa lista de titulas e autores que, desde finais do século XVIII, advogavam a decadência da agricultura nacional. Contudo, o reconhecimento dos problemas e a sistematização das propostas para os resolver, apresentados em meados dos anos 70, devem reportar-se aos anos 60. Nesta década consolidou-se a imagem de um sector primário estagnado no atraso, em que o Estado nem sequer garantia (ou mesmo desejava) a aplicação das medidas que legislava e em que os privados abandonavam a agricultura ou exploravam as poucas possibilidades de subsistência ou de lucro. As denúncias das incapacidades e limitações das entidades públicas e privadas para fazerem o país acompanhar as transformações que desde finais da década de 40 atravessavam a Europa, têm origem em vários grupos sociais e políticos, tanto de apoiantes como de opositores ao regime. Verifica-se que a fidelidade política ao Estado Novo não era abalada por avaliações negativas da globalidade ou de alguns aspectos do panorama agrícola e rural³.

² Fazer esta avaliação é um dos objectivos do projecto de investigação que estou a desenvolver para a dissertação de doutoramento.

³ Isso mesmo é perceptível, por exemplo, em *Alguns problemas do meio rural* (sd [1963]), que apresenta as conclusões da II Semana Nacional de Estudos Rurais, promovida pela Acção Católica Portuguesa, ou nas *Jornadas Agrárias. Ciclo de Palestras Integrado na X Feira do Ribatejo* (1963). Ambas com colaborações de agrónomos e outras personalidades com responsabilidades políticas e técnicas no sector.

Ainda que, em estudos recentes, a *performance* do sector primário português seja apresentada como positiva e como tendo seguido as tendências das agriculturas dos países "mais avançados" (Amaral, 2002), esta não era a percepção generalizada na época. Há vozes que podem evidenciar os aspectos positivos de algumas medidas, mas as avaliações globais nunca são entusiásticas. Estas avaliações partem de diversos "observadores atentos" mais ou menos próximos do regime, entre os quais, responsáveis pela administração local e funcionários especializados, engenheiros e economistas empenhados em estudar e planear as actividades do sector.

A compreensão do fundamento e dos objectivos da legislação promulgada durante o PREC exige que sejam tidas em conta as propostas para o sector agrícola apresentadas, nos anos que antecederam a Revolução de 1974, quer pelos "afectos" quer pelos "desafectos" ao regime.

A investigação desenvolvida nos últimos anos permitiu identificar várias tendências de pensamento económico e político dentro do Estado Novo, caracterizando como "ruralista conservadora" e como "ruralista reformadora" as correntes dominantes que discutiram as questões da agricultura e do mundo rural (Rosas, 1986, 1994). Foi dentro desta última que surgiram as propostas mais relevantes (Amaral, 1993; Freire, 2003; Rosas, 1991) para levar o sector primário a aderir à "revolução verde" em curso no Ocidente.

O engenheiro agrónomo Eugénio de Castro Caldas, que no pós-guerra foi um dos principais porta-vozes da corrente reformadora, defende que o fomento deve perseguir três objectivos fundamentais. Rápida implantação da agricultura moderna, que implicava a introdução das novas culturas (entre as quais, frutas e legumes) com maior procura nos mercados urbanos e a motorização de grande parte das tarefas. Aumento do peso das explorações familiares na estrutura fundiária, ou seja, das parcelas com dimensão média entre 5 a 50 hectares (conforme a qualidade do solo) que permitissem a aplicação de economias de escala e a obtenção de rendimento confortáveis. Alargamento do mercado interno para produtos industriais através do crescente poder de compra da população rural. A concretização destes objectivos exigiam mais "solo agrícola". E, numa altura em que os "incultos" já tinham desaparecido, este só podia ser obtido através do regadio. «*Basta ver que surgem novas possibilidades de acréscimo de produção na área regada, quando a rega se conjuga com as necessárias fertilizações, obtidas a partir da transformação zootécnica e da nova utilização dos imprescindíveis sequeiros complementares*» (Caldas, 1960:17)⁴. A par do regadio, a floresta surgia como a melhor solução para os solos que, a Norte e a Sul do País, não eram susceptíveis de rentabilização agrícola. Garantir-se-ia, assim, a produção de vegetais, frutas e outros bens necessários ao consumo imediato e às agro-indústrias.

⁴ Numa carta a Oliveira Salazar, Castro Caldas reforça estas ideias que defendeu em inúmeros textos, Considera que só com uma reorganização estrutural associada ao regadio seria possível criar explorações bem dimensionadas economicamente, tecnicamente bem equipadas e profissionalmente bem geridas (AN/TT, AOS/CP-133; pt 4.1.6/25, fl 200-205).

débil, as poucas agro-indústrias que surgiram foram fortemente apoiadas pelo Estado.

Durante o PREC, a crise económica que a brusca subida do barril de petróleo anunciou no Inverno de 1973/1974 acentuou-se com os efeitos da descolonização e as perturbações revolucionárias. O PIB desceu 4,3% em 1975, depois de apenas ter crescido 1% no ano anterior, e a balança de pagamentos degradou-se (Lopes, 1996:241). Fazer face á crise económica exigia medidas urgentes, entre as quais, estimular a produção. No sector primário, ao contrário da indústria e dos serviços, as heranças eram pouco animadoras. Entre 1960 e 1973, a agricultura perdeu cerca de 600 mil acti-vos e que a participação no PIB caiu de 24% para 15% (Lopes, 1996:236). Ainda que estas mudanças correspondessem a um padrão normal de desen-volvimento, não podem iludir que este foi o sector com o comportamento mais negativo no contexto global da economia. Com o avançar dos anos 60, verifica-se um desfazamento entre a produção e o consumo, que se revela incapaz de satisfazer a procura interna de produtos básicos.

A seguir a Abril de 1974, os discursos tenderam a acentuar a capaci-dade de "recuperação do tempo perdido", havendo tentativas para impor rapidamente o modelo produtivista na agricultura. Todavia, as medidas tomadas não foram melhor sucedidas que as anteriores. Observando o comportamento do sector na perspectiva da capacidade de gerar bens ali-mentares e matérias-primas, os sucessos foram transitórios. Neste sector não foi ganha a «*batalha da produção*». A agricultura continuou a revelar dificuldades em atingir os níveis de produtividade e de rendimento que os técnicos consideravam aceitáveis e que os consumidores exigiam.

Bibliografia:

- AAVV, (sd [1963]), *Alguns problemas do meio rural*, Composição e Impressão Gráfica Gouveia, Lda, Gouveia
- AAVV, (1963), *Jornadas agrárias. Ciclo de palestras integradas na X Feira do Ribatejo*, s.ed, Santarém
- AMARAL, L., 1993, *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*, Dissertação de Mestrado/Dactilografada, FCSHUNL, Lisboa
- AMARAL, L., 2002, *How a country catches up: explaining economic growth in Portugal in the post-War period (1950s to 1973)*, Dissertação de doutoramento/dactilografada, European University Institute, Florença
- BARROS, H., et al, 1975, *Arrendamento rural. Texto policopiado da discussão do anteprojecto de diploma da Secretaria de Estado da Agricultura*, FCG/CEEA, Lisboa
- BAPTISTA, F. Oliveira, 1977, *Portugal 1975-os campos*, Edições Afrontamento, Porto
- BAPTISTA, F. Oliveira, 1993, *A política agrária do Estado Novo*, Edições Afrontamento, Porto

- BAPTISTA, F. Oliveira, 2001, «O 25 de Abril, a sociedade rural e a questão da terra», in *O País em Revolução*, J. M. de Brito (coord.), *Revolução e Democracia*, vol. 2, Notícias Editorial, Lisboa
- BRITO, J. M. Brandão, 1989, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O condicionamento industrial*, Publicações D. Quixote, Lisboa
- CALDAS, E. de Castro, 1960, *Modernização da Agricultura. Conferências, palestras e artigos (1952-1959)*, Livraria Sá da Costa, Lisboa
- CALDAS, E. de Castro, 1978, *Agricultura portuguesa no limiar da reforma agrária*, IGC/CEEA, Oeiras
- CARVALHO, A. de, 1984, *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975. Perspectivas de desenvolvimento da agricultura*, IGC/CEEA, Oeiras
- Felicia, 1993, «Transformaciones del mundo rural y políticas agrarias» in *Agriculturas y políticas agrarias en el sur de Europa*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid
- Centro de Estudos de Economia Agrária. 25 anos*, 1983, FCG/IGC, Oeiras
- CUNHAL, Á., 2001, *Rumo à vitória. As tarefas do partido na revolução democrática nacional*, 2a ed., Edições Avante, Lisboa
- ESTÁCIO, F., 1961, *Técnicas de programação linear: sua aplicação aos problemas económicos da empresa agrícola*, FCG/CEEA, Lisboa
- FREIRE, Dulce, 1997, *Produzir e Beber. A vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*, Dissertação de Mestrado/dactilografado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- FREIRE, Dulce, 2003, «"La Patria muere! Salvad la Patria!" De la teoría a la práctica en la nueva agricultura (Portugal, años 1930-1970)», *Revista Historia*, San José/Costa Rica, nº47/Janeiro-Junho
- FREIRE, Dulce, 2004, «Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado», in D. Freire, I. Fonseca, P. Godinho, (coord), *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, Edições Colibri e CEEP/FCSH-UNL, Lisboa
- GONÇALVES, Vasco, 1977, *Discursos, conferências, discursos*, 3a ed., Seara Nova, Lisboa
- GRAÇA, Latira, 1999, *Propriedade e agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Ed. Conselho Económico Nacional, Lisboa
- GRALHEIRO, Jaime, 1990, *Comentário à(s) lei(s) dos baldios*, Almedina, Coimbra
- JUSTINO, David, 1988/1989, *Formação do espaço económico nacional: Portugal, 1810-1913*, 2 Vols, Vega, Lisboa
- LAINS, Pedro, 2003, *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal 1842-1992*, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa
- LOPES, José da Silva, 1996, «A economia portuguesa desde 1960» in A. Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, ICS, Lisboa
- MOURA, F. Pereira de, 1973, *Por onde vai a economia portuguesa?*, 3a ed., Seara Nova, Lisboa

- PIÇARRA, Constantino, 2004, «O movimento de ocupações no Distrito de Beja», in D. Freire, I. Fonseca, P. Godinho, (coord), *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, Edições Colibri e CEEP/FCSHUNL, Lisboa
- Presidência do Conselho, 1968, *III Plano de Fomento para 1968-1973, Vol. 1*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa
- Projecto do IV Plano de Fomento, 1973-1974*, Secretaria Geral da Assembleia Nacional/Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa
- ROSAS, Fernando, 1986, *O Estado Novo nos anos 30*, Editorial Estampa, Lisboa
- ROSAS, Fernando, 1991, «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-1944)», *Análise Social*, n^{os} 112/113
- ROSAS, Fernando, 1994, *O Estado Novo. História de Portugal*, Vol.VII, José Matoso (dir.), Editorial Estampa, Lisboa
- SILVA, Maria Manuela da, 1964, «Assimetrias espaciais do progresso do Continente português», *Análise Social*, no 6, vol. II/Abril.
- VILAR, 1947, *O latifúndio e a reforma agrária*, Dactilografado, Arquivo Nacional Torre do Tombo/Arquivo PIDE/DGS, Lisboa

A REFORMA AGRÁRIA EM MONTEMOR-O-NOVO: O CASO DA UCP MARIA MACHADO¹

Stefano Gallo

Introdução

A problemática do processo de ocupação de terras a partir de 1975, da constituição e da decadência do movimento cooperativo agrário que se verificou no curso de menos de três décadas, nomeadamente na região do Alentejo, longe de estar completa, constitui hoje um campo aberto de pesquisa, necessitando de um estudo detalhado e cuidadoso.

Só para nomear algumas questões e alguns modos de encará-las, além dos estudos realizados, faltam quer trabalhos de campo, que utilizem as metodologias e as categorias da antropologia ou as da reconstrução de micro-histórias, quer análises que liguem o pormenor ao geral. É necessário esclarecer o papel das forças políticas e do Estado, o desencadear do conflito institucional e político que deu a alternância ao enquadramento legal, a presença ou não de apoios técnicos ou financeiros: nas palavras de Afonso de Barros, "a Reforma Agrária pressupõe sempre e exige em qualquer caso a intervenção do Estado" (1984).

Neste trabalho, onde se procede à reconstrução da história da Unidade Colectiva de Produção Maria Machado² do concelho de Montemor-o-Novo, não se considerou a reforma agrária nem como processo artificial levado a cabo através de imposições ideológicas, distante das verdadeiras necessidades dos camponeses, nem como um despertar dos anélitos revolu-

¹ Este artigo retoma a pesquisa realizada no ano lectivo de 2000/2001, no âmbito da cadeira de Etnologia Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

² Utilizam-se indiferentemente, neste trabalho, as palavras "cooperativa" e "UCP", que foram sucessivamente utilizados pela Maria Machado, que mudou o seu nome de "Cooperativa Agro-Pecuária Maria Machado" para "Unidade Colectiva de Produção Agrícola Maria Machado" em Setembro de 1978.

cionários espontâneos, presentes em cada trabalhador rural alentejano³. Pode dizer-se que se adoptou a perspectiva interna da cooperativa. Neste trabalho utilizam-se documentos recolhidos no Arquivo da Reforma Agrária de Montemor-o-Novo. Trata-se do material produzido na UCP Maria Machado no curso da sua existência: actas de assembleias, circulares, cartas, registos dos cooperantes, etc..

É claramente uma visão parcial e subjectiva, interna à estrutura colectiva e que reconstrói as aspirações, os projectos, as derrotas. Mas mesmo nesta perspectiva sobressaem pelo menos três elementos, três diferentes mentalidades ou visões, às vezes concordantes, às vezes em conflito: uma visão que utiliza a linguagem da propaganda política e as palavras de ordem do Partido Comunista Português e que tem como apoios o mesmo partido, o sindicato, algumas instituições e vários simpatizantes; uma que tem os seus alicerces na tradição colectivista dos trabalhadores rurais alentejanos, particularmente dos temporários (que constituíam cerca de 80% dos trabalhadores na Zona de Intervenção da Reforma Agrária), assalariados da terra, definidos como verdadeiros "proletários", cujas aspirações não corresponderiam àquelas dos pequenos agricultores, isto é, à posse individual da terra, mas sim a uma sua maior utilização para garantir o pleno emprego ao longo de todo o ano; finalmente, a prioridade da sobrevivência e das aspirações individuais, que falam com a linguagem da vantagem pessoal ou familiar, e que têm a ver com estratégias e perspectivas autónomas. Esta, depois do lento processo de modernização que houve nos campos portugueses a partir dos anos 60, é sem dúvida uma componente fundamental que vem a ter maior importância numa altura como foi o 25 de Abril, de mudança política e institucional, expressa de imediato através de maiores liberdades pessoais, que levaram, entre outras coisas, a um desbloqueamento de forças sociais.

Este esquema é apenas um enquadramento de diferentes objectivos e de diferentes comportamentos, algumas vezes levados a cabo por diferentes pessoas e individualidades.

Na linguagem dos protagonistas os três planos misturaram-se. Mas também as instituições e as forças políticas utilizaram-nos para se justificarem, ora dando prioridade a um ora a outro. Assim, se a legislação favorável à reforma agrária, em particular as medidas aprovadas no período mais "revolucionário", no período das nacionalizações (entre Março e Novembro de 1975)⁴, foi promulgada e justificada misturando os primeiros dois

³ Vejam-se, por exemplo, Michael Vester, "A Reforma Agrária Portuguesa como Processo Social", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, Fevereiro de 1986, ou o resumo de Manuela Reis e Gil Nave, "A reforma agrária portuguesa: estudos e opiniões", in *Sociologia*, n.º 4, Maio de 1988.

⁴ Como o Decreto-Lei n.º 203-C, de Abril, sobre a necessidade de proceder às expropriações e às nacionalizações das grandes propriedades, ou como os n.ºs 406-A e 407-A, de Julho, que dão aos Centros Regionais de Reforma Agrária os instrumentos para as expropriações, ou os n.º 251, de Maio e 541-B, de Setembro, que criam e regulamentam o Crédito Agri-

elementos, isto é, as palavras de ordem de molde comunista e as peculiaridades colectivistas do Alentejo, os adeptos da legislação de "restauração" sucessiva, que agiu de forma particular a partir do fim de 1977, acusaram os partidários da reforma de ter exagerado e sobreexplorado o segundo elemento para seus próprios interesses políticos e de ter ignorado as aspirações individuais dos camponeses, o terceiro elemento, que indicaram como o verdadeiro motor do desenvolvimento económico e social dos campos.

Que esses diferentes pontos de vista escondessem, mais ou menos implicitamente, os interesses de determinadas classes sociais ou grupos económicos, é um discurso diferente. O que interessa aqui é sublinhar, na vida dum cooperativa específica, a Maria Machado, o contínuo cruzar desses diferentes filões, enquanto se examinarão alguns aspectos da sua vida ao longo dum sucessão cronológica.

Examinar-se-ão, brevemente, três questões, correspondentes a diferentes alturas na história: a relação entre a realidade da cooperativa e a vida de uma aldeia, realçando as necessidades e as aspirações que levam ao processo de ocupação e que conferem sentido a este projecto; o problema do papel da força militar, como expressão da coerção violenta de um Estado que só por um breve período aparece favorável à UCP; a progressiva transformação de significado institucional que envolveu a cooperativa ao longo dos anos, isto é, a passagem entre ser parte fundamental de uma macro-mudança social e económica do país e o ser apenas uma empresa produtiva.

Nas páginas seguintes, pretende-se confrontar brevemente o que foi a experiência dum caso concreto com algumas problemáticas mais gerais que abrangem a reforma agrária portuguesa, enquanto fenómeno particular, "experiência abortada", palco de um forte conflito ideológico e social, processo derrotado que deixou, atrás de si, uma realidade difícil, uma "terra queimada", quer em sentido físico (com o acabar do período de efectiva experiência colectivista, desde o Verão de 1975 até cerca o início dos anos 80, muitas terras voltaram a ficar incultas, dando novamente lugar ao mato), quer em sentido figurado (o Alentejo é a única região portuguesa que teve uma contínua perda de população, desde os anos oitenta até hoje, sem ter para o futuro melhores previsões): hoje retomam-se as tendências dos anos 60, mas, agora, partindo dum situação em que a área cultivada é já bem menor. O proletariado agrícola do Alentejo tem vindo a esvair-se, e o seu efectivo é, hoje, menos de um quarto do que era há quarenta anos. Aos que ficam, resta o trabalho como temporários ou o desemprego, num Alentejo onde voltou a triunfar a grande propriedades.

cola de Emergência, fundamental para a sobrevivência, sobretudo na fase inicial, das cooperativas.

⁵ Brito, J. P., F. O. Baptista, e 13. E. Pereira (coordenadores), 1996, *O voo do arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.

mais suave, talvez apenas mais em coincidência com a situação geral regional até à dissolução da mesma, decidida em Dezembro de 1990, à presença de 29 cooperantes, num total de 35, depois da última entrega de terras, que tirou a antiga herdade de Benalfange.

Realidade sonhada por muitos, levada em frente pelas autoridades durante menos de um ano, e pelos cooperantes por muito mais, a reforma agrária enquanto tal teve uma importância notável na vida de milhares de trabalhadores e na morfologia física, social e simbólica de uma vasta região. A impressão é que, embora longe das suas intenções originárias, as heranças desta experiência são muitas, pela negativa e pela positiva. De um lado um sentimento de frustração e de derrota por parte de quem teve papel activo nos seus projectos, doutro uma possibilidade para muitos de mudar as próprias condições de vida, utilizando a cooperativa como primeiro passo, para depois se afastar, muitas vezes para as cidades ou para o estrangeiro, continuando assim, no que diz respeito ao concelho de Montemor-o-Novo, um fluxo decenal de despovoamento dos campos que tinha parado na segunda metade dos anos setenta, com os processos de ocupações de terras.

Bibliografia

- BARROS, Afonso de, 1979, *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian
- BARROS, Afonso de (org.), 1980, *A agricultura latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian
- BRITO, Joaquim P.; BAPTISTA, F. O.; PEREIRA B. E. (coord.), 1996, *O voo do arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia
- CORREIA, Pedro Pezarat, 1986, "Os militares e o período inicial da reforma agrária: que papel?", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.18/19/20, Fevereiro de 1986
- CUTILEIRO, José, 1977, *Ricos e Pobres no Alentejo (uma sociedade rural portuguesa)*, Lisboa, Sá da Costa
- FERREIRA, José Medeiros, 1993, "A reforma agrária na geografia da revolução" in Mattoso, José, *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores
- 1986, *Do latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian
- 1984, "L' esperienza della riforma agraria portoghese", in *Questione Agraria*, n. 13
- PIRES, Carlos Borges; ZANONI, Magda Maria, 1991, *Reforma agrária e desenvolvimento económico e social*, Porto, Edições Afrontamento
- REIS, Manuela; NAVE, Gil, 1988, "A reforma agrária portuguesa: estudos e opiniões", in *Sociologia*, n.º 4, Maio de 1988
- SÃ, Carlos Manuel R. Pinto de, 1989, O emprego agrícola numa zona de grande propriedade fundiária. O concelho de Montemor-o-Novo nas últimas décadas, Tese realizada para a Universidade de Évora
- VESTER, Michael, 1986, "A reforma agrária portuguesa como processo social", in *Revista Crítica de Ciências sociais*, n.º 18/19/20, Fevereiro de 1986.
- WOLF, Eric R., várias edições [ed. or. 1966], *Sociedades camponesas*.

O COMPORTAMENTO EXPRESSIVO EM PORTUGAL DURANTE A DÉCADA DE 70. "A ARTE ELÉCTRICA DE QUERER SER ESTRANGEIRO"¹

Pedro Félix#

1. Os géneros musicais, sua construção e gestão estratégica

Falar do comportamento expressivo, num dado contexto geográfico, ao longo de um determinado período cria, à partida, um problema conceptual de delimitação do objecto. Se existem domínios do comportamento expressivo facilmente identificáveis e isoláveis (Fado, Bandas Filarmónicas, *Jaz*; etc.) porque os seus códigos e contextos de desenvolvimento são mais ou menos fechados; outros há, com códigos expressivos menos delimitados, que são de difícil separação. O *rock* é um exemplo disso.

Poderíamos, por conveniência, optar pelo genérico termo em inglês de *popular music*², mas ainda assim delimitávamos um universo de práticas, intervenientes e agentes demasiado vasto e, obviamente, com diferenças entre si, consequência das características teóricas de tal termo (empregue para definir um sistema de produção e consumo e não um material sonoro específico). Não podemos esquecer que o termo *popular music* foi forjado num contexto histórico, cultural e teórico específico em que convinha criar um conceito que distinguisse eficazmente as produções culturais de massas da "cultura cultivada", da "cultura erudita", situação que é pro-

¹ Invoco com este título a obra, praticamente solitária, editada em 1984, sobre o domínio musical em Portugal da autoria de António Duarte, *A Arte Eléctrica de Ser Português. 25 anos do Rock em Portugal*.

* Doutorando em Antropologia — FCSH/UNL. Bolseiro FCT. Colaborador do INET (Instituto de Etnomusicologia). Colabora na *Enciclopédia da Música em Portugal no século X.Y.*

² A definição de *popular music* não é linear tendo recebido diferentes significados mutáveis de contexto para contexto, de língua para língua, de época para época, de interlocutor para interlocutor. Neste caso vamos assumir o termo *popular music* como respeitando às práticas musicais apropriadas ou desenvolvidas no seio de uma indústria que as transforma em bens de consumo difundidos em grande escala pelos meios de comunicação de massa. (Middleton, 1990, Negus, 1996)

fundamente redutora quando tentamos aplicar estes conceitos a materiais específicos. Além disso, a sua aplicabilidade ao contexto português é no mínimo problemática, tanto mais que a tradução directa para "Música Popular" remete, desde logo, ela própria, para um domínio de prática musical concreta ao mesmo nível de outras práticas musicais enquadráveis na *popular music* como o *rock*, o *jazz*, o fado, etc.

No âmbito da *popular music* são entendidos uma série de estilos que representam domínios de prática musical. O emprego destes estilos musicais é também metodologicamente problemático. Por um lado é certo que estas categorias são, na sua génese e na sua essência, estratégias de *marketing* para segmentar o mercado desta indústria de milhares de fonogramas, de milhões de curas e assim atingir mais facilmente o público³, por outro, constituem referentes permanentemente empregues pelos receptores, de tal forma que, embora não tendo urna definição absoluta e teoricamente suportada, ganham um significado mais ou menos consensualmente intuído.

Enquanto investigador devo, para o bom sucesso do trabalho, segmentar a realidade, construindo um objecto etnográfico operativo, partindo exactamente dos conceitos *emicos* que organizam a realidade de quem nela participa (seja na qualidade de produtor, de mediador ou de consumidor). No caso vertente, interessa-me falar da produção do *rock* em Portugal num período de 10 anos (1970-80), domínio musical tradicionalmente esquecido pelos meios de comunicação e, conseqüentemente, pelo senso comum, que associam este período ao "canto de intervenção".

Ao empregar o termo "*rock*" estou a referir-me ao domínio expressivo no âmbito da *popular music*, eminentemente formatado pelo modelo anglo-americano, com a tipologia da canção, executada por uma formação tipo (voz, guitarra eléctrica, baixo eléctrico e bateria), independentemente de ser ou não escrita em inglês. Este estilo musical teve o seu nascimento na década de 50, nos EUA, resultando da confluência de diversos géneros musicais de comunidades negras americanas, então catalogados sob a designação de *cace music* (*blues*, *rhythm'n'blues*, e.o.) e o *country* e o *folk*. Assim, inicialmente, era um estilo, essencialmente performado por músicos brancos numa busca ideológica pela "autenticidade" (cf. Middleton, 2001), ao mesmo tempo que se desenvolvia toda uma indústria em torno deste estilo que, por sua vez, se organizou em múltiplos sub-géneros ao longo da segunda metade do século XX. Os meios de comunicação de massa convencionaram situar o "nascimento" do *rock* em Portugal no ano de 1980 e a "paternidade" atribuída a Rui Veloso, esquecendo-se de todo um universo de intérpretes, repertório, contextos performativos, espaços e eventos anteriores, regularmente activos desde o fim da década de 50. Esse universo constitui pois, o objecto etnográfico deste artigo.

³ Sobre a definição, processos e estratégias de construção de "géneros musicais" ver Fabbri 1982, 1983; Mcleod 2001; Negus 1998; Vignolle 1980.

2. Os discursos vigentes em torno do comportamento expressivo em Portugal na década de 70

Os discursos correntemente veiculados sobre o comportamento expressivo em Portugal na década de 70 invocam diversos domínios musicais: a "canção de intervenção", directamente identificada como sendo "herdeira" da "canção de Coimbra" e dos "baladeiros" com o objectivo ideológico de despertar a consciência de um "povo amordaçado"; a "canção ligeira", associada às rádios, aos programas de "Variedades" na televisão ou organizados pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) em "serões para trabalhadores", e aos cantores românticos que tinham no *Festival da Canção da RTP* o ponto alto das suas carreiras; a música erudita, invocando as alterações na programação do Teatro Nacional de São Carlos e a abolição do traje de gala; o jazz, cujos espaços e eventos que lhe são associados (o *Hot Club* e o *Festival Internacional de Jazz de Cascais*), são recordados, nostalgicamente, como de "resistência cultivada" permitidos pelo poder; e o Fado, invocando-se as questões ideológicas que ligam este domínio ao Estado Novo, e ao "período de nojo" que terá decorrido desde o "25 de Abril" até acabar nos anos 90, quando o poder político e os agentes culturais promoveram o fado à categoria de mais representativa das tradições urbanas, transformando-o definitivamente em bem de consumo cultural próximo do consumo eruditizado. De todos estes discursos é feita a história hoje instituída da *popular music* em Portugal na década de 70, discursos que têm os seus agentes e produzem os seus documentos. Mas... e o *rock*?

Até ao momento, com excepção do livro de António Duarte (1984) e alguns textos de Lima Barreto (especialmente em *Musa Lusa* 1997), assim como algumas referências transversais e ideológicas de Dionísio (1993 e 1994)⁴, quase nenhuma referência é feita à existência desse universo de prática musical em Portugal⁵. Por seu lado, no que respeita à "canção de intervenção", esta já começa a contar com um *corpus* de textos de contextualização e de análise merecedores de referência (Correia, 1984; Corte-Real, 1996), já foi objecto de teses de mestrado (Raposo, 1998⁶; Lima, 2000), assim como uma série significativa, anualmente acrescida de novo

⁴ É disso exemplo a seguinte passagem; "Em 10 anos tinham chegado muitas novidades «civilizacionais» com incidência na cultura (e algumas partido): autocolantes, cartazes, slogans, cartoons; Bairro Alto, Jamaica e Frágil; telenovela, rock, fotocópias, vídeo. Espectáculo e convívio iam ocupando o espaço reservado para o pensamento, o debate, o esforço de transformação. A ligeireza e a moda, o espaço de «festa e luta» aberto pela revolução. Dali a quatro anos surgiria o semanário Independente." (Dionísio 1994: 476-477)

⁵ É de lembrar a produção científica em torno do domínio do hip-hop e das culturas juvenis, em especial o trabalho desenvolvido por Rui Cidra e Teresa Fradique em que este domínio é abordado permitindo reflexões sobre a *popular culture*. António Contador produziu uma série de documentos sobre as culturas juvenis africanas em que este mesmo domínio surge como um dos referentes.

⁶ Tese que foi "desdobrada" numa série de outras obras (v. bibliografia)

analisarem uma realidade em que foram agentes, e que como tal não cumprem o necessário distanciamento.

Ao longo da década de 70, os músicos que podem ser compreendidos no domínio do *rock*, tentaram por diferentes vias aproximar-se da produção musical estrangeira imitando-lhes as características, emulando o "som" e a imagem. O fim da década, e em particular o *punk*, trouxe a cisão do material sonoro e dos modos de produção nacionais com os internacionais, os meios de comunicação de massa começavam a criar espaço para dar protagonismo a estes intérpretes, ao mesmo tempo (causa e consequência) que se formava um público desejoso de consumir essa música e notícias sobre esses artistas. O mercado nasceu. E então que tem lugar o chamado "boom do rock português" que, como vimos, mais não é que um rótulo para celebrar a abertura de um mercado (discográfico e de espectáculos) e dos meios de comunicação de massa para esta prática musical que, embora de referentes estrangeiros, "de sonoridade internacional", segundo modelos anglo-americanos, é performada por intérpretes portugueses. Concluía-se deste modo o primeiro "tomo" da arte eléctrica do português ser estrangeiro.

Entrevistas com Mário Guia (músico, agente, proprietário de um "clube de rock" activo entre 1980 e 1990), "Zé" Pedro (músico), "Tozé" Brito (músico, director do ramo nacional de uma empresa multinacional de edição de fonogramas), "Lola" (prom'otora). Entrevistas realizadas durante o segundo semestre de 2002.

Publicações periódicas

Estado de Sítio (1979)

Mundo da Canção (1969/74)

Rock em Portugal (1978/79)

Sele (1978/1982)

Obras citadas:

BARRETO, Jorge Lima, 1997, *Musa Lusa*. Lisboa, Hugin Editores

CORREIA, Mário, 1984, *Música popular portuguesa um ponto de partida*. Coimbra, Centelha — MC Mundo da Canção

CORTE-REAL, Maria de São José, 1996, "Sons de Abril: estilos musicais e movimentos de intervenção político-cultural na Revolução de 1974" in *Revista Portuguesa de Musicologia*, 6, pp. 141-171

DIAS, Jorge; MAIO, Luís (coord.), 1998, *Os Melhores Álbuns da Música Popular Portuguesa (1960-1997)*, Lisboa, Público, FNAC Portugal

DIONIÍSIO, Eduarda, 1993, *Títulos, Acções, Obrigações. Sobre a cultura em Portugal 1974-1994*, Lisboa, Edições Salamandra

DIONIÍSIO, Eduarda, 1994, "As Práticas Culturais" in Reis, António (coord.) *Portugal. 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores

- DUARTE, António, 1984, *A Arte Eléctrica de ser Português. Os 25 anos do rock em Portugal*, Lisboa, Bertrand
- FABBRI, Franco, 1982, "A theory of musical genres: Two applications", *Popular Music Perspectives* 1, 52:81
- FABBRI, Franco, 1983, "Musical genres and their metalanguages", *International Society for Music Education Yearbook* 10, 24:30
- FÉLIX, Pedro, 1997, "A Cantiga é uma Arma". *A canção política em Portugal 1974-1976. Um ensaio sobre a antropologia*. [Texto policopiado] Dissertação de Licenciatura em Antropologia defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Universidade Nova de Lisboa
- JONES, Steve, 1992, *Rock Formation. Music, Technology, and Mass Communication*. London, New Delhi, Sage Publications
- LIMA, Maria João, 2000 *A Brigada Vitor Jara e a Recriação da Música Tradicional Portuguesa (1975-2000)*. [Texto policopiado] Dissertação de Mestrado em Ciências Musicais (ramo Etnomusicologia) defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Universidade Nova de Lisboa
- McLEOD, Kembrew, 2001, "Genres, subgenres, sub-subgenres, and more: Musical and social differentiation within electronic/dance music communities", *Journal of Popular Music Studies* 13(1), 59:75
- MESQUITA, Mário, 1994, "Os Meios de Comunicação Social" in Reis, António (coord.) *Portugal. 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores
- MIDDLETON, Richard, 1990, *Studying popular music*, Milton Keynes, Philadelphia: Open University Press
- MIDDLETON, Richard, 2001, "Rock" in Sadie, Stanley (ed.) *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*, London: Macmillan (consultada em Grove on-line em <http://www.grovemusic.com>)
- MOURA, Miguel Graça, 1973, [*Apresentação do Moog na Fundação Calouste Gulbenkian.*]
- NEGUS, Keith, 1996, *Popular music in theory. An introduction*, Hanover, Wesleyan University Press
- NEGUS, Keith, 1998, "Cultural production and the corporation: musical genres and the strategic management of creativity in the US recording industry", *Media, Culture & Society*, 20, 359:379
- PINCH, Trevor; TROCCO, Frank, 2002, *Analog Days. The Invention and Impact of the Moog Synthesizer*, Cambridge, Harvard University Press
- RAPOSO, Eduardo, 1998, *O papel sociocultural e político do canto de intervenção na oposição ao Estado Novo, 1960-1974*. [Texto policopiado] Tese mestrado História dos séculos XIX e XX, Universidade Nova de Lisboa.
- RAPOSO, Eduardo, [s.d.], *Canto de intervenção: 1960-1974*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu da República e da Resistência
- RAPOSO, Eduardo, 2000, *Cantores de Abril entrevistas a cantores e outros protagonistas do «Canto de Intervenção»*, Lisboa, Edições Colibri
- VIGNOLLE, J-P., 1980, "Mixing Genres and Reaching the Public: The Production of Popular Music," *Social Science Information*, 19(1),79-105

LUZ NEGRA. A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA NOS LIVROS DO SECUNDÁRIO

*Tiago Matos Silva**

Quando escolhi trabalhar o tema da visão do 25 de Abril e PREC, por quem não os viveu, ou seja, pela geração que já nasceu depois; confrontando esta visão, com a visão que, dos mesmos acontecimentos, tem a geração imediatamente anterior, ou seja, os pais dos meus principais informantes; já esperava assistir a bastantes «desencontros» entre a versão dos «filhos» e a dos «pais». O que para mim constituiu uma verdadeira surpresa, foi assistir a outro tipo de «desencontros», aqueles entre a Memória (dos pais) e a História (tal como é contada nos livros).

Esta questão, levantou imediatamente a discussão sobre o valor da Memória como objecto de trabalho antropológico, ou seja, tornou-se necessário avaliar a validade e peso científico da utilização de testemunhos como material de pesquisa em Antropologia e, antes de mais, tornou-se necessário definir Memória. Afinal o que é, como se cria e como se organiza esta *faculdade de conservar ideias ou noções anteriormente adquiridas* (Séguier 1969:760).

Parece ser consensual, que esta «simples» capacidade de nos lembrarmos de coisas, ideias, acontecimentos e acções, é na realidade bem mais complexa. Connerton (1993) divide a Memória em três campos distintos, em primeiro lugar, a memória pessoal, que diz respeito aos actos de recordação relacionados com a vida de cada um. São memórias pessoais porque se localizam num passado individual e a ele se referem. Um segundo tipo de memórias — as memórias cognitivas — que abrange as utilizações do verbo «recordar» em que se pode dizer que recordamos o sentido de palavras, de linhas de um poema, de anedotas, de histórias. Mas, ao contrário do primeiro tipo de memória, não necessitamos de possuir qualquer informação sobre o contexto ou episódio da aprendizagem para sermos capazes de reter e utilizar este tipo de recordações. Um terceiro tipo de memória, segundo Connerton, consiste pura e simplesmente na capacidade de reproduzir uma determinada acção. Deste modo, recordar como se lê, escreve, ou se anda de bicicleta, é, em cada um dos casos, uma questão de

* Licenciado em Antropologia — FCSH/Universidade Nova de Lisboa; CEEP

sermos capazes de fazer estas coisas, ou seja, no que toca a este terceiro tipo de memórias, não nos lembramos, frequentemente, de como, quando ou onde adquirimos o saber em questão, Connerton chama-lhes memórias--hábito.

Já Bergson (cit. in Connerton 1993:28) divide a Memória em apenas dois campos. A memória-hábito (com uma definição similar à de Connerton) e a «verdadeira memória», que ao contrário da primeira, é cognitiva. Também Fentress e Wickham (1994) dividem a Memória em dois segmentos, mas desta volta como memória objectiva e memória subjectiva, ou seja, existirá uma **parte** objectiva que serve de contentor dos factos, a maior parte dos quais podia alojar-se em muitos outros locais, e uma parte subjectiva, que inclui informação e sentimentos que fazem parte integrante de nós e que, portanto, se situam adequadamente apenas dentro de nós. Segundo estes autores, a primeira parte da memória é relativamente passiva, limitando-se a conservar conhecimento, enquanto a segunda é mais activa, já que experimenta e regista para a consciência.

Outro ponto importante na questão da Memória, é a sua relação com a História. Como se justifica a existência de memórias diferentes da História? Como podem os sujeitos «lembrarem-se» de coisas numa maneira diferente, quando não oposta, ao que é relatado pela História? Halbwachs é peremptório na distinção:

La mémoire collective ne se confond pas avec l'histoire (...) L'histoire, sans doute, est le recueil des faits qui ont occupé la plus grande place dans la mémoire des hommes. Mais lus dans les livres, enseignés et appris dans les écoles, les événements passés sont choisis, rapprochés et classés, suivant des nécessités ou des règles qui ne s'imposaient pas aux cercles d'hommes qui ont gardé longtemps le dépôt vivant (1997 [1950]:130).

Assim, Halbwachs distingue a Memória da História, por a primeira ser um discurso vivo, emocional e subjectivo e a segunda ser uma recolha condicionada de acontecimentos prestes e prontos — daí Montaigne dizer que as *bibliotecas são lugares de esquecimento colectivo* (cit. in Fentress; Wickham, 1994:29) — a serem esquecidos pela comunidade:

La mémoire collective se distingue de l'histoire au moins sous deux rapports. C'est un courant de pensée continu, d'une continuité qui n'a rien d'artificiel, puisqu'elle ne retient du passé que ce qui en est encore vivant ou capable de vivre dans la conscience du groupe qui l'entretient (Halbwachs, 1997 [1950]:131).

Ou seja, como diria Bosi, na Memória *só fica o que significa* (1994 [1973]:466). Claro que a «vivacidade» deste fenómeno; «vivacidade» esta absolutamente dependente da comunidade, *toute mémoire collective a pour support un groupe limité dans l'espace et dans le temps* (Halbwachs, 1997 [1950]:137); vai ocasionar a existência não de um discurso paralelo à História, mas sim de vários discursos diferentes (de um só facto, diferentes pessoas lembram-se de diferentes maneiras, e diferentes grupos lembram-se de diferentes coisas). Ou seja, paralelas à História única, coexistem diferentes Memórias:

Il y a, en effet, des plusieurs mémoires collectives non seulement qui se succèdent, mais aussi à un même moment. C'est un autre caractère par lequel elles se distinguent de l'histoire. En effet l'histoire est une et l'on peut dire qu'il n'y a qu'une histoire. Voici ce que par là nous entendons: bien que l'histoire se décompose et qu'on conçoive qu'il puisse y avoir autant d'histoires spéciales que de groupes distincts, dans tous les cas il s'agit de fixer en un tableau de tous les événements notables (...) C'est à cette condition qu'elle nous en présente une image unique et totale (Halbwachs, 1997 [1950]:135).

Ou seja, como afirmava Frank Stern, diferentes experiências de vida levam a diferentes memórias, coexistentes e válidas, mas às vezes opostas: *The antagonistic experience of everyday life has led to antagonistic memories which have a decisive impact on historical consciousness* (1992:42).

Podemos assim afirmar, que ao nível da Memória, a interpretação feita, individual ou colectivamente, tem um maior impacto sobre as lembranças pessoais do que os «factos neutros», servindo estes apenas de ponto de partida para uma construção posterior. Ou seja, enquanto a História tenta ser objectiva e neutral, a Memória tenta interpretar o acontecido, através de uma série de processos mentais, como nos descreve Kovács:

It takes historical distance to decide clearly what the turning-points 'o! a long-term determining effect' and the dramatically significant turning-points in the events actually were. By thinking it over several times, or by telling the story repeatedly, they will be imprinted on the memory (...) There is an overwhelming tendency to simply receive a general impression of the whole, on the basis of which the probable detail is constructed (...) The selective construction of the episodes depends on several different factors, such as where the person's place was in the hierarchy of the group, the sexual role division within the group, the fears, expectations, and desires of the interviewees, and so on. (1992:122-123).

Todos estes factores e processos, ainda têm uma intervenção mais forte quando o discurso se centra em questões políticas, como acontecia no meu trabalho, já que na memória política, como defende Bosi (1994:453), os juízos de valor intervêm com mais insistência, ou seja, o informante não se contenta em narrar como uma testemunha histórica «neutra», sentindo a necessidade de julgar, de marcar bem o lado em que estava na altura, reafirmando a sua posição ou matizando-a. Quando o pedido incide nas lembranças político-ideológicas do entrevistado, este, muito naturalmente, perde qualquer tendência ou intenção de objectividade para passar a um discurso de defesa, arrependimento, reafirmação ou puro *statement* político.

Posto isto, impõe-se a pergunta, será que apesar de todas estas «limitações» a Memória é um recurso a utilizar como fonte para um trabalho científico? Kovács responde exemplarmente:

Can the oral narratives given by people participating in highly significant historical events thus be considered as historical sources? If we want to reconstruct the actual chain of events from the episodes as they are told, the

impunidade e à «recuperação» dos criminosos do Passado, indispensáveis à perpetuação dos mais ridículos mitos do Passado (Delgado, 2000:11).

Fernando Rosas escreveu, a dada altura, que um país sem memória é um país sem referências, e mais grave ainda, é um país sem defesas (Rosas, 2000:152), Portugal está, neste momento, no limiar desta situação. Esta geração *que como sempre viveu em liberdade, nunca se questionou muito sobre o que é não viver em liberdade* (Carlota CI, n. 1975, Abril 2000), foi vítima da falta de iniciativa dos próprios pais, foi abandonada à mercê do esquecimento e da «moldagem» por uma História criada á medida do Presente. Uma História que nos fala em perdão e em reconciliação nacional, uma História que nos faz esquecer em prole da paz social, uma História que despojou o Passado do seu (positivo ou negativo) conteúdo, uma História que confirma que, tal como dizia Goebbels: *A propaganda só deixa de ser eficaz no momento em que se torna visível* (cit. em Bénilde 2001:12).

Bibliografia

- AAVV, 1974 (1.⁸ edição, 1974), *25 de Abril*: Documento, Lisboa, Casa Viva Editora AAVV, 1976, Constituição da República Portuguesa 1976, s.l., Editus
- AAVV(1), 1976, *Relatório do 25 de Novembro*: Texto Integral, Coimbra, Ed. Abril.
- AAVV, 1999, *Constituição da República Portuguesa*: Actualizada 1999, Coimbra, Livraria Almedina
- AAVV, 2000, «Capitães» Para os Mais Novos», *Diário de Notícias*, Ano 136 n.º 47895, Lisboa
- ALMEIDA, Miguel Vale de, 1991, «Leitura de um Livro de Leitura: A Sociedade Contada às Crianças e Lembrada ao Povo», *Lugares de Aqui*: Actas do Seminário «Terrenos Portugueses», Lisboa, Publicações Dom Quixote
- BARROSO, José Manuel, 2000, «A «Crónica do Século», o 25 de Abril e o medo da História», *Diário de Notícias*, Ano 136 n.º 47791, Lisboa
- BÉNILDE, Marie, 2001, «Marcas com Ferro em Brasa nas Nossas Consciências», *Le Monde Diplomatique Edição Portuguesa*, Ano 3 n.º 26
- BOSI, Ecléa, 1994 (1.a edição, 1973), *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, São Paulo, Companhia das Letras
- CARDOSO, Márcio Alves & CALADO, Paulo, 2000, «O Poder para daqui a 10 anos», in *Público*, Ano 11, N.º 3669
- CARDOSO, Óscar Aníbal Piçarra de Castro, «Depoimento», in <http://www.geocities.com/Heartland/Garden/4462/>
- CLEMENTE, Manuel Duran, 1976, *Elementos para a Compreensão do 25 de Novembro*, Lisboa, Edições Sociais
- CONNERTON, Paul, 1993, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora
- CUNHAL, Álvaro, 1999, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril: A contra-revolução confessa-se*, Lisboa, Edições Avante!
- DÂMASO, Eduardo, 1999 (1.⁸ edição, 1997), *A Invasão Spinoлиста*, Lisboa, Fenda

- DELGADO, Iva, 2000, «Introdução», *De Pinochet a Timor Lorosae: Impunidade e Direito à Memória*, Lisboa, Edições Cosmos
- DINIZ, Maria Emília; TAVARES, Adérito; CALDEIRA, Arlindo M., 1988, *História 9*, Lisboa, Editorial O Livro
- FÉLIX, Pedro, 1996, *A Cantiga É Uma Arma: A Canção Política em 1974-1979*, Lisboa, FCSHUNL
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris, 1994, *Memória Social: Novas Perspectivas Sobre o Passado*, Lisboa, Editorial Teorema
- FERREIRA, Francisco, 2000, «Maria de Medeiros», in *Revista*, suplemento do «Expresso», N.º 1433
- FERREIRA, José Medeiros, 1994, *História de Portugal: Portugal em Transe*, Vol. 8, s.l., Círculo de Leitores
- GOMES, J. Varela, 1999, *Esta Democracia Filofascista*, Lisboa, edição de autor
- HALBWACHS, Maurice, 1997 [1950]1, *La Mémoire Collective: Édition critique établie par Gérard Namer*, Paris, Editions Albin Michel
- HOMPSON, Paul, 1992 (1.a edição, 1978), *The Voice of the Past: Oral History*, Oxford, Oxford University Press
- JORDÃO, Pedro, 2000, «Rosa Casaco ou a Impunidade», *De Pinochet a Timor Lorosae: Impunidade e Direito à Memória*, Lisboa, Edições Cosmos
- KHUBOVA, Daria & IVANKIEV, Andrei & SHAROVA, Tonia, 1992, «After Glasnost: Oral History in the Soviet Union», *Memory and Totalitarianism*, Volume I, Oxford, Oxford University Press
- KOVÁCS, András, 1992, «The Abduction of Imre Nagy and his Group: The 'Rashomons Effect'», *Memory and Totalitarianism*, Volume I, Oxford, Oxford University Press
- LEITÃO, José Alberto; PEREIRA, Bernardete de Castro R.; SIMÕES, Maria Inácia, 1988, *História 9.º Ano*, Lisboa, Texto Editora
- LETRIA, José Jorge; MANTA, João Abel, 1999, *O 25 de Abril Contado às Crianças... E aos Outros*, Lisboa, Terramar
- LIMA, Rosa Pedroso; KOSTERS, André, 1994, «Nascidos a 25 de Abril», *Revista*, suplemento do «Expresso», N.º 1121: 126-131
- LOBO, Claudia, 2000, «A Revolução de Maria», *Visão*, N.º 370
- LOFF, Manuel, 2000, «Esquecimento, Revisão da História e Revolta da Memória», *De Pinochet a Timor Lorosae: Impunidade e Direito à Memória*, Lisboa, Edições Cosmos: 192-198
- MACHADO, Luís, 2000, *Conversas à Quinta-Feira*, III Série, s.l., Hugin
- MADEIRA, João, 1996, *Os Engenheiros de Almas: O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa
- MALTEZ, José Adelino, 1999, «Direita e Esquerda», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Edição Séc. XXI*, Vol. 9, Lisboa/São Paulo, Verbo
- MATOS, Helena, 2000, «Manual em Estado Novo», *Revista*, suplemento do «Expresso», N.º 1454
- MATOS, Margarida Mendes de; GOMES, Maria Eugénia Reis; FARIA, Ana Maria Leal de; PEREIRA, Joaquina Mendes, 1996, *História 12.º Ano*, 1.º e 2.º Vol., Lisboa, Texto Editora

- MATOS, Sérgio Campos, 1990, *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte
- NEVES, Pedro Almiro; PINTO, Ana Lúcia; COUTO, Célia Pinto do, 1992, *História de Portugal*, Vol. 4, Porto, Porto Editora
- NEVES, Pedro Almiro, 1985, *Nova História* 9, Porto, Porto Editora
- OSÓRIO, Luís, 1999, *25 Portugueses*, Lisboa, Editorial Notícias
- RAMOS, Jorge Leitão; OCHÔA, Rui, 2000, «Capitães de Abril», *Revista*, suplemento do «Expresso», N.º 1433
- ROSAS, Fernando, 2000, «O Estado Novo — Memória e História», *De Pinochet a Timor Lorosae: Impunidade e Direito à Memória*, Lisboa, Edições Cosmos
- SCOTT, James C., 1990, *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven, Yale University Press
- SÉGUIER, Jaime de (ed.), 1969, *Dicionário Prático Ilustrado*, Porto, Lello & Irmão Editores
- SILVA, António Luís Coelho e, «As Comemorações do Duplo Centenário: História, Poder e Império», in <http://www.terravista.pt/FerNoronha/2608/>.
- SOARES, Maria Fernanda Martins (ed.), 1996, *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube*, Vol. VII, Navarra, Ediclube
- SÉNOLA, António de, 1974, *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*, s.l., Arcádia
- STERN, Frank, 1992, «Antagonistic Memories. The Post-War Survival and Alienation of Jews and Germans», in *Memory and Totalitarianism*, Volume 1, Oxford, Oxford University Press
- SUCENA, Paulo, 2001, «Bento de Jesus Caraça e a Escola Única», *Le Monde Diplomatique Edição Portuguesa*, Ano 3, n.º 25
- TAVARES-TELES, António, 1997, «A Noite em que se Contaram as Espingardas», *Indy*, suplemento de «O Independente», N.º 497
- TELES, Miguel Gaivão, 1967, «Direitas e Esquerdas», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 6, Lisboa, Verbo
- THOMSON, Alistair, 1990, «The Anzac Legend: Exploring National Myth and Memory in Australia», *The Myths We Live By*, London, Routledge
- TORGA, Miguel, 1977 (La edição, 1964), *Diário IX*, Coimbra, edição de autor
- TRINDADE, Luís, 1999, «Um Longo 25 de Abril», *História*, Ano XXI (Nova Série), N.º 13, si.

HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA,
NUMA MISSÃO ETNOGRÁFICA DURANTE O *PREC*
Entrevista com
Luisa Tiago de Oliveira e Jorge Freitas Branco

No Verão de 1975, o Serviço Cívico Estudantil (SCE) possibilitou a dezenas de jovens viver três meses em diversas aldeias, a maioria no Norte e Centro do País. Tinham por missão principal fazer um levantamento etnográfico, no âmbito do Plano Trabalho e Cultura (PTC), concebido e dirigido por Michel Giacometti.

Cerca de 15 anos depois, Luisa Tiago de Oliveira encontrou parte dos objectos recolhidos no "verão quente" amontoados e empoeirados na sala de um museu. Aquela visão impressionou-a. Tinha participado no SCE, era historiadora, mas não pensou em avaliar e estudar aqueles materiais. Todavia era necessário salvaguardá-los. Por isso propôs a Jorge Freitas Branco, antropólogo, com trabalhos na área da "cultura material" e seu colega no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), assumir essas tarefas. O projecto permitiu a classificação dos objectos e a publicação, em 1993 e 1994, dos dois volumes da obra *Ao encontro do povo*¹.

O Plano de Trabalho e Cultura articulava-se em várias linhas de pesquisa: recolha de música regional e literatura oral; realização de inquéritos sobre medicina tradicional e acerca da situação sanitária da população em 1975; registos fotográficos de inscrições murais e da "vida quotidiana"; obtenção (por compra ou doação) de objectos da cultura material. Foram estes objectos associados ao trabalho, principalmente às actividades agrícolas, e algumas fotografias, que serviram de base ao estudo dos dois autores. Os materiais, integrados nas colecções do actual Museu do Trabalho Michel Giacometti (Setúbal), são urna pequena parte do que foi recolhido durante os meses de "serviço cívico". Os espólios produzidos no âmbito

¹ Jorge Freitas Branco, Luisa Tiago de Oliveira, 1993 e 1994, *Ao Encontro do Povo I — A Missão, Ao Encontro do Povo A Colecção*, Celta, Oeiras

das outras linhas de pesquisa estão dispersos, alguns² em parte incerta e por estudar³.

Nesta entrevista⁴, Jorge Freitas Branco⁵ e Luisa Tiago de Oliveira⁶ dão conta do primeiro encontro em que falaram do SCE, de como este projecto se tornou interdisciplinar, dos longos processos de pesquisa de documentação e de reflexão que permitiram reconstituir os contextos de recolha dos objectos. Abordam também os percursos pessoais e científicos que os levaram à História e à Antropologia, o ambiente académico dos anos 70, os principais estudos que desenvolveram e, ainda, a próxima "empresa" conjunta.

Arquivos da Memória (AM) — Começamos por vos pedir que façam algo de semelhante a um "ensaio de ego-história", lembrando o desafio que Pierre Nora lançou, nos anos 80, aos historiadores franceses. Gostaríamos que nos dissessem por que é que se interessaram pela respectiva disciplina, quais as pessoas, os métodos e as escolas mais marcantes.

Jorge Freitas Branco (JFB) — O que é que me influenciou em termos de escolha pessoal da área disciplinar? Na adolescência, no final dos anos 60, princípio dos anos 70, e dentro da política, as questões que tinham a ver com o Terceiro Mundo estavam muito em moda. Mas foi no curso universitário que tive mais informação sobre esses mundos exóticos. Penso que foi essa a razão determinante.

Luísa Tiago Oliveira (LTO) — No meu caso eu ia para Matemática. Sou da "reforma Veiga Simão" em que o 6.º e 7.º anos eram quase todos compostos por opções. Fiz o percurso liceal, para ir para Matemática na

² Desde do dia 1 de Outubro de 2003 a totalidade dos registos sonoros e outros documentos do espólio de Michel Giacometti, recolhidos entre 1959 e 1985, estão acessíveis no Arquivo Sonoro do Museu Nacional de Etnologia.

³ Acerca das linhas de pesquisa do PTC e dos materiais recolhidos, cf. os dois volumes de *Ao Encontro do Povo* e também L.T. Oliveira, 2003, «Giacometti, dilemas da vida de um colector», JFB e Salwa Castelo Branco (eds), *Vozes do Povo. A folclorização em Portugal*, Celta, Oeiras.

⁴ Depois de transcrita e editada, a entrevista foi revista pelos entrevistados.

⁵ Jorge Freitas Branco é professor de Antropologia no ISCTE. Principais publicações: 1987, *Camponeses da Madeira, as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, D. Quixote, Lisboa; 1995, "Lugares para o Povo: Uma Periodização da Cultura Popular em Portugal", Jorge Freitas Branco, João Leal (eds.), "Retratos do País, Actas do Colóquio", *Revista Lusitana*, n.º 13/14; 1997, Jorge Freitas Branco, Paulo Lima (eds.), *Artes da Fala, Colóquio de Portei*, Celta, Oeiras; 1999, "A Fluidez dos Limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal", *Etnográfica*, Vol. III, N.º I; 2003, JFB e Salwa Castelo Branco (eds), *Vozes do Povo. A folclorização em Portugal*, Celta, Oeiras.

⁶ Luísa Tiago Oliveira é professora de História no ISCTE. Principais publicações: 1989, "A Maria da Fonte e a Patuleia. Alguns Problemas" *Ler História* n.º 16; 1992, *A Saúde Pública no Vintismo*. Lisboa, João Sá da Costa; 2003, *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta.

universidade e escolhi a disciplina de História por acaso no 6.º ano do liceu... e um pouco por sugestão familiar; disseram-me "Ah! Estás tão virada para ciências, talvez seja bom escolheres também a opção de História, por uma questão de cultura geral". Foi neste sentido: "como vais para ciências, como vais para Matemática na universidade, talvez não seja mau escolheres História para contrabalançar". Fiz o 6.º e o 7.º anos convencida de que ia para Matemática.

No entanto, gostei, no 6.º e 7.º, de Português e dos enquadramentos históricos à literatura. Lembro-me que adorava aquilo. Lembro-me também que li *Da História Crónica à História Ciência*, do Barradas de Carvalho, e achei fantástico. Foi uma revelação. A mesma coisa em relação aos livros sobre a história do movimento operário, de César Oliveira. Foram leituras que achei luminosas, mais atentas e explicativas da realidade social, uma História diferente da outra que eu aprendia. Gostei, mas nunca me passou pela ideia ir para História... Depois foi o 25 de Abril. No ano seguinte, inscrevi-me na faculdade de Matemática mas, como não houve o primeiro ano das universidades, fui para o "serviço cívico", fazer uma recolha etnográfica no Plano Trabalho e Cultura dirigida pelo Michel Giacometti. Quando vim dos três meses que estive nas aldeias de Miranda do Douro, fui para História. Toda a gente do meu grupo mudou de curso. Do meu grupo e de outros, como depois vim a saber quando estudei o PTC.



AM - Mudaram da área das ciências ditas exactas para a das ciências sociais, para cursos mais ligados às pessoas, às questões do desenvolvimento?

LTO — Pois. Na minha equipa, mudámos para História, Geografia, Agronomia e Filosofia.

AM — A Luísa esteve na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas o Jorge não estudou cá?

JFB — Estava na Alemanha. Nessa altura vivia no estrangeiro, ou seja, o contexto era diferente do português. Escolhi Antropologia porque lá era possível. Em Portugal a escolha dentro das Ciências Sociais não era assim.

A imagem que se tinha de Portugal, pelo menos nos meios juvenis e universitários lá fora, era a de um país atrasado, dum país retrógrado, dum país colonial. Era uma imagem fortemente negativa, associada ao facto de Portugal, na altura, fazer parte das três ditaduras da Europa: Grécia, Espanha e Portugal.

AM — Era uma imagem transmitida mais através do regime político, do que através das condições de vida dos portugueses?

JFB — Era. As condições de vida vinham como acréscimo. O grande impacto desta imagem advinha sobretudo da questão colonial. Há que ter em conta que nessa altura, no princípio dos 70, a Europa Central, especialmente na Alemanha, estava na ressaca das lutas estudantis.

AM — Quais foram as vossas influências mais marcantes? As referências, os professores, os autores e as correntes científicas?

LTO — No meu caso, da História em Portugal no pós 25 de Abril, a ideia que eu tenho é que o ambiente era francamente politizado. O meu curso era um curso cheio de gente. Dizia-se que antes do 25 de Abril, o número de estudantes do 1.º ano, devia andar entre os 100 e os 200 e, no meu ano, foram 1000 e, no ano seguinte 1500. Foi uma explosão brutal na Faculdade de Letras, estilhaçou tudo. Além disso, mudaram os professores, as formas de avaliação, os currículos, etc. Quando eu entrei, no ano lectivo de 75/76, não só era uma conjuntura muito politizada como essa politização do meio envolvente também era ajudada naquele espaço, como em muitas outras escolas, pelo facto de haver muita, muita gente na universidade. E em História estavam muitos dirigentes estudantis. Era um curso muito politizado. O que é engraçado, em termos de discussão. Lembro-me de aulas de Epistemologia em que se discutia a posição da 4.ª Internacional sobre isto, a posição da 4.ª Internacional sobre aquilo. Havia debates enormes que começavam logo às oito da manhã: "natureza de classe do Antigo Regime" ali às oito da manhã. A discutir ... como é que burguesia e classe senhorial se tinham relacionado no Antigo Regime, se a natureza de classe advinha predominantemente da classe senhorial ou da burguesia. Eram debates muito acesos, vivos... Se têm um lado interessante, também têm um lado pouco interessante. Por exemplo, não posso dizer que achasse que fosse um clima muito afável. Aquelas discussões eram agressivas.

JFB — Autoritárias.

Arquivos da Memória

Semestral, n.º duplo 12-13

Portugal 1974-1976. Processo

Revolucionário em Curso Índice

Apresentação

1. Novos olhares sobre o terreno. Etnografia das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas, Sónia Vespeira de Almeida

2. Uma epidemia de planos: projectos políticos do MFA no «Verão Quente» de 1975, Maria Inácia Rezola

3. O Boletim do MFA e o processo revolucionário português (Setembro 1974 — Agosto 1975), Ivo Lima Veiga

4. O congresso dos Estados Unidos e a revolução portuguesa de 1974, Luis Nuno Rodrigues

5. Orden público y movilización social en la revolución portuguesa, Diego Palacios Cerezales

6. O Caso Sogantal: memórias de uma luta emblemática, Nadejda Tilhou

7. Da ditadura à democracia. Continuidades e mudanças políticas na política agrária durante o PREC, Dulce Freire

8. A Reforma Agrária em Montemor-o-Novo: o caso da UCP Maria Machado, Stafano Gallo

9. O comportamento expressivo em Portugal durante a década de 70. "a arte eléctrica de querer ser estrangeiro", Pedro Félix

10. Luz negra. A história contemporânea nos livros do secundário, Tiago Matos Silva

Entrevista

Entrevista com Luisa Tiago de Oliveira e Jorge Freitas Branco

Recensões

- J. M. Brandão de Brito, coord. (2001), *O país em revolução*, Editorial Notícias, Lisboa. (por José Neves)
- Mercedes Cabrera e Santos Juliá, dir. (2002), "História y Política. Ideas, procesos y movimientos sociales", *Portugal Contemporâneo* (Diego Palacios Cerezales, ed.), Departamento de Historia del Pensamiento y los Movimientos Sociales y Politicos de la Universidad Complutense de Madrid e do Departamento de Historia social y del Pensamiento Politico de la Universidad Nacional de educación a distancia, n.º 7, Madrid (por Rita Carvalho)
- Pedro Brinca e Etelvina Baía, ed. (2001/2002), "Memórias da Revolução no distrito de Setúbal 25 anos depois", *Setúbal na Rede*, Setúbal, 2 vols. (por João Madeira)
- Tiago Matos Silva (2002), *Pais de Abril, Filhos de Novembro. Memória do 25 de Abril*, Lisboa, Edições Dinossauro. (por Miguel Ângelo Granja Lobato)
- Fernando Oliveira Baptista (2001), *Agriculturas e Territórios*, Oeiras, Celta Editora. (por Ana Cabana Iglesia)
- Josep Pujol Andreu, et al. (2001) *El poio de todos los males. Sobre el atraso en la agricultura española contemporánea*, Barcelona, Critica. (por Juan Pan-Montojo)
- Xosé Armas Castro, coord., (2002) *Ensinar historia de Galicia. Aspectos historiográficos e didácticos*, Santiago de Compostela, Servivio de publicacións e intercambio Cientifico da Universidade de Santiago de Compostela. (por Oscar Freán Hernández)
- Cristiana Bastos (2002), *Ciência, poder, acção: as respostas à SIDA*, Lisboa, Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa. (por João Carlos Louçã)
- Thomas M. Wilson, Hastings Donnan, eds. (1998), *Border Identities. Nation and state at international frontiers*, Cambridge, Cambridge University Press. (por Eduarda Rovisco)
- Antonio Castillo Gómes, eds. (2001), *Cultura Escrita y Clases Subalternas: Una Mirada Española*, Sendoa, Oiartzun. (por Ana Rita do Vale Rebelo)



REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PORTUGUESA

Artigos

Sónia Vespeira de Almeida

Novos olhares sobre o terreno. Etnografia das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas

Maria Inácia Rezola

Uma epidemia de planos: projectos políticos do MFA no «Verão Quente» de 1975

Ivo Lima Veiga

O Boletim do MFA e o processo revolucionário português (Setembro 1974 – Agosto 1975)

Luís Nuno Rodrigues

O Congresso dos Estados Unidos e a revolução portuguesa de 1974

Diego Palacios Cerezales

Orden público y movilización social en la revolución portuguesa

Nadejda Tilhou

O caso Sogantal: memórias de uma luta emblemática

Dulce Freire

Da ditadura à democracia. Continuidades e mudanças na política agrária durante o PREC

Stefano Gallo

A Reforma Agrária em Montemor-o-Novo: o caso da UCP Maria Machado

Pedro Félix

O comportamento expressivo em Portugal durante a década de 70. “A arte eléctrica de querer ser estrangeiro”

Tiago Matos Silva

Luz negra. A história contemporânea nos livros do secundário

Entrevista

Entrevista Luísa Tiago de Oliveira e Jorge Freitas Branco

Recensões